

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATA

1.1 – 10ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura – Destinada a obter informações da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – e da secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais sobre a gestão e atuação desses órgãos no combate à pandemia de covid-19

2 – MATÉRIA VOTADA

2.1 – Plenário

3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO

3.1 – Plenário

4 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

5 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATA

ATA DA 10ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 6/5/2020

Presidência do Deputado Agostinho Patrus

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – 1º Painel: Composição da Mesa – Palavras do Sr. Reynaldo Passanezi Filho – Palavras do Deputado Thiago Cota – Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos – Debates; Exibição de Vídeo; Registro de Presença; Debates – Suspensão e Reabertura da Reunião – 2º Painel: Composição da Mesa – Palavras da Sra. Ana Maria Soares Valentini – Palavras do Deputado Coronel Henrique – Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos – Debates; Exibição de Vídeo; Debates – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Às 14 horas, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 3º do art. 2º da Deliberação da Mesa nº 2.737/2020, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O presidente – Destina-se esta reunião a obter informações da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – e também da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre a gestão e atuação destas no combate à pandemia da Covid-19.

1º Painel

Composição da Mesa

O presidente – A presidência convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Reynaldo Passanezi Filho, diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais; e deputado Thiago Cota, presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, aos quais agradecemos de maneira especial pela disponibilidade de se deslocarem até esta Casa.

Registramos e agradecemos a presença, por via remota, dos deputados Alencar da Silveira Jr., Ana Paula Siqueira, André Quintão, Antônio Carlos Arantes, Betão, Carlos Henrique, Carlos Pimenta, Celinho Sintrocel, Charles Santos, Coronel Henrique, Cristiano Silveira, Dalmo Ribeiro Silva, Douglas Melo, Doutor Paulo, Duarte Bechir, Elismar Prado, Fábio Avelar, Gil Pereira, Glaycon Franco, Guilherme da Cunha, Gustavo Santana, Gustavo Valadares, Hely Tarquínio, Inácio Franco, Ione Pinheiro, João Magalhães, Laura Serrano, Leninha, Léo Portela, Leonídio Bouças, Marília Campos, Marquinho Lemos, Mauro Tramonte, Osvaldo Lopes, Professor Cleiton, Raul Belém, Repórter Rafael Martins, Roberto Andrade, Rosângela Reis, Sávio Souza Cruz, Thiago Cota, Virgílio Guimarães, Zé Guilherme e Zé Reis. Portanto, neste momento temos cerca de 50 deputados já presentes a esta reunião, o que demonstra a importância das discussões com a Cemig.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O presidente – A presidência informa aos parlamentares e aos convidados que os atos da primeira parte desta reunião obedecerão ao seguinte ordenamento: primeiro, o diretor-presidente da Cemig, Sr. Reynaldo, disporá de 20 minutos para sua exposição. Em seguida, após a apresentação, o presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico disporá de 3 minutos para seus questionamentos ao diretor-presidente da Cemig. Em seguida, os membros efetivos da Comissão de Desenvolvimento Econômico disporão também de 3 minutos cada um para seus questionamentos ao presidente da Cemig. Em seguida, os deputados Gil Pereira, presidente da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, e Repórter Rafael Martins, presidente da Comissão de Minas e Energia, disporão de 3 minutos cada para seus questionamentos e os encaminhados pelos membros efetivos de suas respectivas comissões ao diretor-presidente da Cemig. Após o questionamento de cada parlamentar, o diretor-presidente da Cemig disporá de tempo para a respectiva resposta. Vamos então iniciar os nossos trabalhos. Com a palavra, para sua exposição, o diretor-presidente da Cemig, o Sr. Reynaldo Passanezi Filho.

Palavras do Sr. Reynaldo Passanezi Filho

Muito boa tarde. Muito boa tarde a todos. Exmo. Deputado Agostinho Patrus, presidente da Assembleia Legislativa; Exmo. Deputado Thiago Cota, presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico; e saúdo também o conjunto de deputados na pessoa dos deputados Agostinho Patrus e Thiago Cota.

Para mim – tenho que dizer –, é um grande prazer estar aqui, na data de hoje. Eu assumi a presidência da Cemig em janeiro, há praticamente quatro meses. Imediatamente ao assumir, comentando muito do que eu via nas pessoas, do orgulho de trabalhar na Cemig, do orgulho de servir com propósito à população, consegui a prova disso, de imediato, com as chuvas do mês de janeiro, aquele período de vazões milenares – às vezes, decamilenares – que afligiram o Estado, quando eu vi toda a dedicação do time da Cemig e uma vontade genuína de servir à sociedade, de servir ao público. Eu me lembro de casos concretos de um colaborador que ficou 43 horas sem dormir. Lembro-me de trocar mensagem com muitas pessoas até às 3 horas da manhã, 4 horas da manhã, 5 horas da manhã. E eu acho que é essa a dedicação que novamente estou vendo, com muito orgulho, agora, neste momento único, global, de pandemia. E é exatamente isso que, muito humildemente, quero mostrar aos senhores.

Onde estão os focos das nossas preocupações? Obviamente que o primeiro é garantir a segurança e a saúde de todos os nossos colaboradores porque eles continuam na linha de frente, os nossos colaboradores continuam garantindo um serviço absolutamente essencial. Então, aqui nós colocamos todas as melhores práticas, todas as orientações dos órgãos de saúde e temos muito orgulho de dizer que, até este momento, somente dois colaboradores – um terceiro e um próprio – foram infectados, inclusive um em Brasília. Ou seja, no Estado de Minas Gerais, de fato, apenas um vinculado a um familiar. Mas este é um tema que a gente quer trazer: as medidas que estamos implementando.

O segundo obviamente é a garantia da prestação do serviço. E isso é garantir todo o atendimento emergencial, garantir planos de contingência, em caso de contaminação de parte dos nossos colaboradores, e preservar o programa de investimentos, porque nós queremos não apenas garantir a prestação hoje, como garantir a prestação no futuro.

A terceira é o enfrentamento de que as pessoas estão nos seus lares e de que nós precisamos avançar em um melhor relacionamento com os clientes, que será cada vez mais digital e menos presencial. Então, aqui, nós temos, sim, que avançar e prover alternativas digitais e também prover, para situações específicas, parcelamento, diferimento dos clientes e dos setores mais afetados.

O quarto tema é um tema muito particular da empresa, que é o impacto concreto do ponto de vista econômico-financeiro. A gente tem uma situação de redução da carga e de aumento da inadimplência. Isso significa uma receita muito menor para a companhia porque há menos consumo e é preciso manter os mesmos gastos. Temos contratos de longo prazo de energia já contratados e temos uma inadimplência maior. Então, claramente aqui, a empresa tem o grande desafio de uma liquidez que está prejudicada, e nós temos que avançar e enfrentar esse assunto, garantindo a sustentabilidade econômico-financeira de longo prazo da companhia.

E, por fim, vem toda a nossa responsabilidade social no sentido de apoiar as populações mais carentes, os hospitais e todos os programas sociais, com que a Cemig sempre tem uma atenção especial.

Então, meu objetivo hoje, deputado, é um pouco discorrer sobre esses cinco assuntos: segurança e saúde das pessoas, garantia da prestação de serviço, relacionamento com clientes, sustentabilidade financeira e responsabilidade social.

Na área de saúde e segurança, a gente trouxe aqui uma lista das principais atividades e mudanças de instrução que nós implementamos. A primeira é um comitê para a gestão da crise, que é composto por toda a diretoria. Nós nos reunimos diariamente, das 8 horas até às 13 horas, todos os diretores, todos os diretores adjuntos, para centralizar todas as decisões da companhia. A segunda, muito importante, é a divisão, é a criação de planos de contingência. Então, hoje nós temos um centro de operação do sistema. A gente tem o principal aqui, no edifício da Rua Barbacena, e nós temos mais dois que colocamos de contingência, em caso de esse centro de operação sair. Da mesma forma, na distribuição, nós criamos cinco locais que podem fazer atendimento emergencial. Então, acho que isso é muito positivo do ponto de vista de que, se houver alguma contingência, nós sempre teremos um elemento de reserva.

Pontos adicionais: medição de temperatura dos empregados com termômetro a laser – a gente tem um termômetro para medir a temperatura de todo mundo que entra no centro de operação; *home office* para a maior parte dos nossos colaboradores administrativos – é claro que não para quem está no campo, a gente está falando aqui de quase 3.200 pessoas; antecipação da vacina

de gripe; revisão de todos os procedimentos de trabalho das equipes de campo, como, por exemplo, uso de máscaras, álcool em gel, todos esses procedimentos, como higienização dos veículos; capacitação dos profissionais de leitura; veículos extras nas equipes pesadas das empresas contratadas; tudo sempre para reduzir aglomeração. Então, com muito orgulho, voltamos a dizer: até agora, apenas dois colaboradores infectados: um em Brasília e um terceiro no Sul de Minas.

Segundo tema: garantia da prestação de serviço. E aqui, por exemplo: reduzimos os desligamentos programados, para fazer só aquilo que é estritamente necessário. Elaboramos, como eu coloquei aqui, um plano de contingência, tanto no centro de operação, como para atender os hospitais com geradores. Tudo isso para garantir que unidades médicas e hospitais tenham, em caso de alguma emergência, pronto restabelecimento. Utilização de geradores: a mesma coisa. Incremento de equipes de linha viva: também para a gente diminuir interrupções programadas. E, talvez, o que queremos destacar aqui seja: a manutenção do programa de investimento da distribuição. É um programa extremamente ambicioso. Este ano, nós temos a previsão de investir R\$1.500.000.000,00; no total, até 2022, serão R\$6.700.000.000,00 para recompor e atualizar a rede de distribuição do Estado, que é um estado-continente, que é um estado-país. No Norte de Minas, estamos investindo mais de R\$1.000.000.000,00. São quase 34% do montante investidos no Norte de Minas. E eu acho que isso está sendo feito, inclusive, aproveitando o momento, porque, como somos um serviço essencial, temos circulação favorecida. Então, de fato, para mim, talvez, ter tomado a decisão de seguir com esse programa seja a grande contribuição que nós estamos fazendo, que não é de curto, mas de longo prazo.

E, com isso, a nossa expectativa é de uma grande melhora na qualidade da prestação de serviço. De fato, os nossos indicadores têm melhorado já este ano e, para o conjunto do ano, para o resto do ano, a gente tem uma expectativa muito positiva de que os índices de interrupção e o DEC, que é o grande indicador nosso, ficarão bastante abaixo do índice regulatório.

Relacionamento com clientes. Aqui todo o esforço é para garantir a saúde e a segurança dos clientes. Por isso, nós tivemos que fazer: o fechamento das agências físicas de atendimento e reduzir todo o contingente de colaboradores que atuam nos call centers – sempre para evitar aglomerações; uma campanha muito grande de reforço nos canais digitais: internet, aplicativos, redes sociais; campanhas para utilização de canais digitais para cadastro e recebimento de conta por e-mail, por débito automático; ampliação de dicas de economia de energia; ampliação de dicas de segurança.

Aqui, nós temos, sim, um grande desafio, que é alterar um hábito. Hoje, das transações que nós recebemos de pagamentos de contas, mais de 60% são feitas em lotéricas e correspondentes bancários. Então, os senhores imaginem o que foi, de repente, essas lotéricas fecharem. Então, aqui, sim, nós temos um grande desafio que é fazer uso dos canais digitais, que é fazer uso do internet banking, que é fazer uso do e-mail, que é fazer uso do WhatsApp. E, para isso, nós temos que fazer – e estamos fazendo – investimentos em tecnologia e temos também que trabalhar a cultura, para que as pessoas consigam tomar as suas decisões através de canais digitais – isso do ponto de vista estrito de usar este momento para trazer uma maior adesão aos canais digitais.

Também temos trabalhado para, na presença da crise, possibilitar o diferimento do pagamento de determinados clientes. Então, a gente tem regras diferenciadas para hospitais públicos e filantrópicos, regras diferenciadas para microempresas e também a possibilidade de diferimento dos valores contratados e não consumidos para quem está no mercado livre, basicamente comércio e indústria. E, por fim, temos, como medida essencial, a suspensão dos cortes para os serviços essenciais até 25 de junho.

Próximo tema: sustentabilidade financeira. Esse é um tema com o qual a gente percebe que toda a economia está sofrendo. E, obviamente, que o setor elétrico, como é um pulmão, percebe toda essa menor atividade. Então, de fato, temos tido dificuldades econômico-financeiras em função dessa conjunção de menor consumo com aumento da inadimplência. Para que os senhores tenham uma ideia da conta de eletricidade, a parte da distribuição é 20%; 80% são impostos, encargos, transmissão e geração. Então, de cada R\$100,00 que se faturam, R\$80,00 simplesmente são repassados porque são pagamentos de impostos, encargos e transmissão. O que nós temos visto? Temos visto uma redução da carga, de 12% a 15%, e temos visto um aumento da inadimplência. Ela começou muito alta. Com a abertura das lotéricas, melhorou, mas mesmo assim ainda está acima de 10%. Então, quando se soma a redução da carga e

o aumento da inadimplência, percebe-se que não sobrou nada para a distribuição, caiu mais do que os 20% que seriam a parte dela. Exatamente por isso, a gente tem trabalhado de forma incessante, e aqui é muito importante, deputado, o apoio da Assembleia e um financiamento emergencial junto ao poder concedente porque as distribuidoras são caixas do sistema; e é apenas com a garantia de que as distribuidoras terão liquidez que a gente garante que todo o sistema não será afetado. Esse assunto está em todos os jornais e, de fato, é um assunto absolutamente essencial para garantir não só a sustentabilidade da distribuição como também a sustentabilidade de toda a cadeia do setor elétrico. E, claro, temos que fazer a nossa parte com otimização e reprogramação das despesas operacionais e também com manutenção dos serviços de leitura e entrega de contas.

Por fim, eu queria comentar as nossas iniciativas na área de responsabilidade social. Nós já divulgamos uma doação de R\$5.000.000,00 para hospitais públicos e filantrópicos. Nós também estamos com a seguinte campanha: para cada cliente que se atualiza ou se cadastra e permite o recebimento da fatura por e-mail, a gente faz uma doação de R\$5,00. Então, aqui também, ao conjunto dos senhores deputados, peço o apoio em cada município para divulgar a campanha: para cada cliente que se cadastrar, a gente fará uma doação de R\$5,00 para hospitais públicos e filantrópicos, para o combate à Covid-19.

Também estamos fazendo – e aqui também seria muito importante o apoio dos senhores deputados junto aos municípios – o incentivo ao cadastro do consumidor residencial de baixa renda, porque ele, se estiver cadastrado, terá isenção da tarifa de energia elétrica de até 220kWh por mês durante três meses a partir de abril de 2020. A gente tem um potencial grande de clientes que poderiam se cadastrar como baixa renda e ter efetivamente essa isenção.

Da mesma forma, deputado, temos que trabalhar no sentido de que os municípios também liberem a contribuição de iluminação pública para os clientes de baixa renda. Da mesma forma como hoje o ICMS é zero – o Tesouro assumiu a conta de energia dos clientes de baixa renda –, os municípios podem fazer a mesma coisa com a contribuição de iluminação pública. E também temos conversado com o governo federal visando à isenção de PIS e Cofins.

Há também um programa nosso de voluntariado e todos os nossos programas de patrocínios com atualizações on-line.

Eu diria, deputado, que esses eram os meus comentários iniciais. Repito que me sinto muito, muito feliz, muito honrado de estar aqui podendo prestar contas à sociedade do trabalho que a gente tem desenvolvido na Cemig e que tenho muito orgulho de tudo que vi lá, de toda a dedicação dos nossos colaboradores para garantir uma melhor prestação de serviço e para, de fato, apoiar o desenvolvimento econômico e social do Estado de Minas Gerais. MUITÍSSIMO OBRIGADO.

O presidente – Muito obrigado, presidente. Passamos a palavra agora ao deputado Thiago Cota, presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, para seus questionamentos.

Palavras do Deputado Thiago Cota

Presidente Agostinho Patrus, parabenizo V. Exa. e o parabenizo sobretudo pela liderança à frente desta Casa. V. Exa. tem mostrado dinamismo, eficiência e dado aos mineiros as respostas necessárias, principalmente nestes tempos difíceis que estamos vivendo em nosso estado. Quero também cumprimentar todos os deputados que acompanham esta reunião; todos que nos acompanham pelas redes sociais, pela TV Assembleia; e o prezado Sr. Reynaldo Passanezi Filho, presidente da Cemig. Mais uma vez, gostaria de parabenizar esta Casa sob a liderança do nosso presidente, que viabiliza e se empenha para que reuniões importantes como esta sejam realizadas. Agradeço o empenho de toda a equipe técnica e das assessorias. Como presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, agradeço também aos deputados Virgílio Guimarães, Laura Serrano, Glaycon Franco – este é vice-presidente da referida comissão – e Fábio Avelar pelos relevantes serviços que desempenham na nossa comissão. Agradeço, de forma especial, ao presidente Reynaldo, que, assim como os demais convidados, estão disponibilizando informações que podem esclarecer dúvidas de parte da população mineira, tão bem representada neste Parlamento por todos os pares.

Sabemos que a Cemig é uma grande empresa do nosso estado que realiza um importante papel econômico, mas sobretudo um importante papel no desenvolvimento social. Sabemos das dificuldades financeiras que a empresa enfrenta, mas, mesmo assim, é e

sempre foi o grande trunfo que o Estado de Minas Gerais teve e tem para atrair investimentos estrangeiros, por ser uma empresa estratégica e dinâmica.

Aqui ressalto, presidente, que tenho convicção de que o nosso estado tem uma dificuldade muito grande em diversificar sua economia. Minas Gerais é um estado pujante, mas que depende muito de dois pilares: mineração e agronegócio. Acredito que talvez, após esta pandemia, seja importante todos nós olharmos para essa diversificação, buscando um terceiro pilar. E acredito que esse terceiro pilar possa ser, sem sombra de dúvidas, a valorização das nossas indústrias. Buscar ampliá-las e diversificá-las seria fundamental para a geração de emprego, renda e recursos em nosso estado. Portanto, industrializar cada vez mais pode ser, quem sabe, a porta de saída para esta crise.

A Comissão de Desenvolvimento Econômico sempre buscou apresentar à sociedade mineira ações para amenizar crises, ações para estimular, como o próprio nome diz, o desenvolvimento econômico, e vemos na Cemig uma importante parceira nesse sentido. Por isso, presidente, esperamos que a Cemig possa ser ou seja uma grande colaboradora da população como um todo, uma empresa que se destaque neste momento de pandemia. Esperamos que a Cemig seja parceira dos geradores de emprego e renda, apresentando respostas ágeis, céleres e efetivas para as demandas dos empresários dos diversos segmentos da economia, a fim de que possam expandir seus negócios, aumentar a produtividade e, assim, gerar mais empregos, gerar mais renda.

Deixo aqui registrados também, presidente, os meus cumprimentos e agradecimentos a toda a equipe de relacionamento institucional da Cemig, desde o diretor, o superintendente e o gerente até os demais profissionais, que sempre são prestativos e solícitos.

E, para iniciarmos as perguntas, presidente, agradeço mais uma vez a oportunidade e espero, como presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, que a Cemig possa fazer a diferença para os mineiros neste momento conturbado que o nosso País enfrenta. Obrigado, presidente Agostinho. Obrigado, presidente Reynaldo.

Passando para as perguntas, presidente, vou fazer a primeira. Em diversas ocasiões nesta Assembleia Legislativa, empresas de variados setores têm manifestado dificuldade de conseguir ligações de energia para iniciar ou expandir as suas atividades. Isso, obviamente, impacta sua capacidade de operar e de crescer. Seria possível a criação de uma força-tarefa com o intuito de zerar, no prazo mais curto possível, as pendências de ligações, de forma a apoiar a retomada econômica do nosso estado? Sobretudo neste momento de tanta dificuldade, caro presidente, acredito que será algo fundamental para que a gente possa não só retomar o desenvolvimento econômico, mas também, neste momento, pelo menos garantir a manutenção do emprego nessas atividades.

A segunda pergunta. A suinocultura – e aí destaco este segmento porque tenho fortes laços com a cidade de Ponte Nova e com a sua região, e a maior geradora de emprego dessa nossa região, sem sombra de dúvidas, uma das maiores geradoras de emprego é a suinocultura – vem sofrendo muito, assim como vários outros segmentos, com esta pandemia. Portanto, a suinocultura gera grande excedente de material biológico, como resíduos de produção. É sabido que esse material pode ser aproveitado para a geração de biogás, que é energia limpa, evitando que esses resíduos causem impactos maiores no meio ambiente. A Cemig, diretamente ou por meio de subsidiária, tem iniciativas de apoio aos suinocultores para a geração de biogás? Caso negativo, poderíamos iniciar tratativas nesse sentido? Acredito que isso pode ser também uma bandeira de avanço e desenvolvimento econômico para a nossa região, mas também para a manutenção dos empregos dessa atividade que gera muitos deles em nossa região.

Terceira pergunta. Caro presidente, sou de Mariana, tenho forte carinho e fortes laços com aquele município e a nossa região dos inconfidentes. Nos últimos cinco anos, a nossa região tem sofrido com inúmeras tragédias. Não vou citá-las nominalmente para não tomar mais tempo a nossa pergunta. É sabido que há muitos clientes na nossa região que demandam a ligação de energia para iniciar ou expandir empresas e, conseqüentemente, manter ou até aumentar o número de empregos gerados por elas. O tempo de atendimento está muito delongando, afetando negativamente a capacidade de produção. É possível que a Cemig dedique atenção especial a essa demanda, que já há cinco anos enfrenta essas dificuldades diversas? Aqui, presidente, cito esse prazo de cinco anos

porque é o tempo que faz que houve em Mariana talvez a maior tragédia ocorrida em nosso país, que foi o rompimento da barragem da Samarco. E, naquela época, presidente, muitos falavam da diversidade econômica em nosso município como algo fundamental. Não vimos isso na prática em nossa cidade, mas muito dessa não efetiva diversidade em nosso município se dá também pela dificuldade geral de diversificar a economia em qualquer que seja o município. Portanto acredito – e volto a dizer mais uma vez – que a Cemig pode ser uma grande parceira nessa saga que todos nós, marianenses, temos em busca da diversidade econômica em nosso município.

Quarta pergunta, presidente: quais iniciativas a empresa tem realizado para apoiar clientes residenciais, comerciais e industriais que estejam enfrentando problemas temporários por conta da pandemia? Aqui faço um apelo: neste momento é importante olharmos para aqueles que perderam o emprego, que estão sem renda nenhuma; temos de buscar aliviar a dor deles, e não trazer ainda maiores preocupações.

Quinta pergunta: qual é a capacidade da empresa de suportar eventuais aumentos de inadimplência por conta da pandemia?

Presidente, peço a V. Exa. a extensão um pouquinho do meu prazo, porque tenho mais algumas perguntas, são poucas, de dois colegas deputados que nos enviaram, por WhatsApp, algumas solicitações de questionamentos ao presidente da Cemig.

Perguntas do deputado Carlos Henrique. São quatro. Primeira: “Nos casos em que a Cemig emitiu faturas pela média de consumo durante um tempo, o momento da atualização desse faturamento pode gerar consumo acumulado?”

Segunda pergunta: “Nos casos em que não houve aumento de consumo doméstico, mas a conta de energia teve aumento significativo, qual é a explicação nesses casos?”

Terceira pergunta: “Existe a possibilidade de um erro em massa da Cemig diante de inúmeras reclamações sobre o aumento abusivo da conta de energia?”

Quarta e última pergunta do deputado Carlos Henrique: “Se o consumo em kW permaneceu estável nos últimos meses, mas ainda assim o valor em reais aumentou, isso significa que houve reajuste na tarifa da energia elétrica?”

O deputado Arlen Santiago nos fez três perguntas e irei repassá-las a V. Exa.

Primeira: “A demora em autorização pela Cemig de até quase um ano após as obras prontas foi motivo de punição da Aneel. A Cemig vai cumprir prazos justos ou vai preferir infernizar os investidores mineiros? Obra de eletrificação do Assentamento PA Agronorte, no Município de Gameleiras, com mais de 300 assentados e obra com mais de dois anos sendo feita por uma empreiteira que começa a trabalhar e tem de sair para atender emergência em outro lugar, e o povo até sem água, pois os poços artesianos estão sem eletricidade. Quando termina essa obra? A Cemig tem se negado a responder os ofícios de minha autoria.” Ressalto que são perguntas do deputado Arlen Santiago.

Segunda pergunta: “A Cemig tem em torno de 45 mil ações no contencioso, e sempre um mau acordo é melhor que uma boa demanda. Exemplo: a Cemig invade um terreno e, quando o dono descobre, ela se recusa a indenizar, vai para a Justiça e demanda mais gastos com isso. O corpo técnico da Cemig não consegue mostrar a autorização da obra, e a presidência da Cemig não responde a quaisquer questionamentos feitos por meu gabinete.”

Última pergunta: “Quantas obras já pagas e que a Cemig está sem fazer? Parece que são mais de 30 mil, pelo que consta em informações chegadas até meu gabinete.” Deputado Arlen Santiago.

Portanto, caro presidente Agostinho, estão aqui as nossas perguntas e as de colegas do nosso Parlamento.

O presidente – Muito obrigado, deputado Thiago Cota. Na sua pessoa, cumprimento todos os membros da Comissão de Desenvolvimento Econômico, que fazem, nesta Casa, um excepcional trabalho que engradece a atuação deste Parlamento.

Debates

O presidente – Antes de passarmos a palavra ao presidente da Cemig, quero cumprimentar e agradecer também a presença da deputada Delegada Sheila, presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas; da deputada Andréia de Jesus, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher; do deputado Mário Henrique Caixa; do deputado Cássio Soares; do deputado Ulysses Gomes; do deputado Tito Torres; do deputado Noraldino Júnior; do deputado João Leite; do deputado Gustavo Mitre; do deputado Doutor Paulo; do deputado Delegado Heli Grilo; do deputado Braulio Braz; do deputado Sargento Rodrigues; do deputado Fernando Pacheco; do deputado Bruno Engler; do deputado Professor Irineu; do deputado Carlos Henrique; do deputado Betinho Pinto Coelho; do deputado Coronel Sandro; da deputada Celise Laviola e do deputado João Vítor Xavier. Chegamos a um número próximo de 70 deputados aqui, de forma remota, nesta reunião.

Passo a palavra ao presidente da Cemig, Sr. Reynaldo Passanezi Filho, para os esclarecimentos.

O Sr. Reynaldo Passanezi Filho – Muito obrigado, deputado, pelas perguntas.

Realmente, entendo que é um momento de recebermos os anseios da sociedade para que nos oxigenemos com esses anseios e procuremos responder melhor à nossa obrigação, que, de fato, é a prestação de um serviço público da máxima qualidade.

Vou tentar aqui endereçar as perguntas. A primeira é: empresas de vários setores têm manifestado dificuldades de conseguir ligações para expandir ou iniciar as suas atividades e a possibilidade de uma força-tarefa. Como eu já comentei, de fato, queremos preservar o programa de investimentos. Quero dizer que iniciar ou expandir atividades é bom para a empresa e para a Cemig. Obviamente, temos interesse em fazer isso.

A Cemig passou por dificuldades financeiras no passado e, efetivamente, houve um atraso. Recebi aqui. Tínhamos 35 mil obras de clientes em atraso em 2015; hoje temos menos de 200. Assim, foi, de fato, feito um esforço muito grande de redução. Obviamente, ainda há alguns setores em que há necessidade de melhoria do atendimento, mas o ponto central é que temos o mesmo interesse. Para nós, apoiar o desenvolvimento econômico do Estado é melhorar a sustentabilidade econômico-financeira da Cemig. A instituição é remunerada pelos investimentos que faz. Portanto não há nenhuma razão para não fazê-los. Esse é um tema a que temos dado a máxima prioridade.

Estive ontem no Norte de Minas vendo uma série de investimentos. Temos um programa para fazer crescer muito a quantidade de subestações e de linhas. Isso demanda um tempo. Há todo um interesse da nossa parte. Já existe uma força-tarefa, mas é para que, na próxima vez em que eu estiver aqui, já mostremos esse avanço, porque esse é um objetivo prioritário da companhia.

Eu diria que a mesma coisa vale para a pergunta – em especial, no caso da região central – relativa à nossa região de Mariana. O nosso tempo de atendimento também tem diminuído. Temos diminuído o tempo de obra em atraso e o tempo de atendimento. O que tenho dito à equipe é que não queremos diminuir o tempo de obras em atraso; queremos zerar. Temos de ter metas muito ambiciosas para cumprir, que são obrigações do contrato de concessão e, obviamente, com isso, apoiar o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais.

Quanto à segunda pergunta – sobre suinocultura e geração de biogás e o que podemos apoiar –, acho que aqui sempre há o tema da viabilidade financeira desses empreendimentos, sobretudo quando os comparamos hoje com os empreendimentos na área de energia solar e eólica, os avanços tecnológicos que acontecem nesses setores e as perspectivas de queda no preço de energia através dessas fontes. Obviamente que entendemos os impactos positivos sobre o meio ambiente. Entendemos que, em virtude desse impacto positivo, os nossos requerimentos de rentabilidade podem ser menores, porque, de fato, queremos apoiar empreendimentos que tenham impactos positivos no meio ambiente. Então, não temos nenhuma restrição em apoiar pontualmente esse tipo de iniciativa, lembrando que isso tem de ser comparado com a viabilidade econômico-financeira de outras fontes.

Quarta pergunta: “Quais iniciativas a empresa tem realizado para apoiar clientes residenciais, comerciais e industriais que estejam enfrentando problemas temporários por conta da pandemia?” Acho que já comentei um pouco sobre isso. No caso da baixa

renda, hoje, por três meses, o pagamento da conta é de responsabilidade do Tesouro Nacional, por uma medida provisória aprovada, e temos trabalhado para aumentar o cadastro das pessoas classificadas como baixa renda para apoiar os municípios na isenção da contribuição de iluminação pública e também no sentido de que o governo federal isente da incidência de PIS e Cofins esses consumidores. Para microempresários afetados pela crise, de acordo com os decretos do governo de Minas Gerais, temos permitido o parcelamento das contas em até seis vezes sem juros; e para os consumidores comerciais e industriais – aí, obviamente, é uma situação caso a caso –, temos trabalhado no sentido de permitir o diferimento daquilo que foi contratado e não consumido.

“Qual a capacidade da empresa de suportar eventuais aumentos de inadimplência por conta da pandemia?”. É limitada. É óbvio que essa combinação de menor consumo e aumento da inadimplência tem um impacto imediato sobre a liquidez da companhia. É exatamente por isso que temos trabalhado junto ao governo federal, junto ao poder concedente, para que haja um financiamento emergencial ao setor de distribuição, a fim de que, de fato, essa inadimplência seja recuperada ao longo do tempo, mas haja liquidez para fazer face a essa maior inadimplência. Então, esse assunto é central, necessário para garantir a sustentabilidade da distribuição e do setor de energia elétrica como um todo. Temos uma expectativa muito positiva de que teremos isso solucionado com medidas adequadas do poder concedente para fazer face, prover liquidez para que as empresas possam enfrentar esse aumento da inadimplência. Por si, obviamente, as empresas não têm essa capacidade, não só a Cemig mas também qualquer uma das empresas distribuidoras do País.

Sobre as perguntas do deputado Carlos Henrique, vou lê-las.

Primeira: “Nos casos em que a Cemig emitiu faturas pela média de consumo durante um tempo, o momento da atualização desse faturamento pode gerar consumo acumulado?” Quando houver faturamento já na leitura, sempre vamos fazer pela leitura do medidor; obviamente que nunca haverá uma dupla contagem. Vamos medir e, nessa última fatura, a diferença em relação à fatura pela média entrará na próxima. A fatura pela média foi uma faculdade outorgada pela agência de regulação. Fizemos só por alguns dias; na verdade, só por quatro dias. Então, são poucos os consumidores que tiveram fatura pela média durante o mês de março. Preferimos voltar com o serviço dos leituristas, garantida toda a segurança, ou estimular a autoleitura, em que o próprio consumidor envia.

“Nos casos em que não houve aumento no consumo doméstico, mas a conta de energia teve aumento significativo, qual é a explicação nesses casos?” Acho muito importante esclarecer que não houve nenhum aumento na tarifa de energia elétrica – absolutamente nenhum. O que pode ter acontecido? Pode ter acontecido de um consumidor individual ter tido, ocasionalmente, algum aumento de consumo. Pode ter sido também algum medidor com problema. Temos algo como um em cada 10 mil casos, efetivamente, de erro de leitura. Então, respondendo à quinta pergunta sobre se existe a possibilidade de erro em massa: não; claramente, não. Esse aumento que se fala nas reclamações, primeiro, ele não é significativo; segundo, talvez tenha muito mais a ver com o fato de os canais de atendimento usuais estarem fechados. Então, acaba aparecendo na mídia social. Temos de lembrar que as agências físicas estão fechadas e que o próprio call center está atuando com um contingente muito menor de pessoas. Então, acho que isso aqui, na verdade, explica esse suposto aumento das reclamações, mas, obviamente, qualquer equívoco será devidamente corrigido. Estamos absolutamente abertos. Queremos deixar muito destacado e muito claro que não houve qualquer aumento na tarifa. Pode um ou outro consumidor, ocasionalmente, ter tido um aumento no consumo, mas, na média, não temos detectado isso. Essa também é a resposta à sétima pergunta sobre se o consumo permaneceu estável. De fato, é isso que tem acontecido. Não houve um aumento em reais. Não vou dizer pontualmente, mas, no global, não houve.

Sobre as perguntas do deputado Arlen Santiago, que remetem ao mesmo tema já comentado pelo deputado Thiago Cota, não temos nenhum interesse em demorar; ao contrário, se possível, queremos atender com antecipação, cumprindo os prazos e apoiando o desenvolvimento econômico-financeiro e social do Estado de Minas Gerais.

Então, reitero aqui o nosso programa de investimentos bastante ambicioso não afetado pela pandemia. Seguimos avançando nesse programa de investimentos, até com a expectativa positiva por haver menos trânsito e por termos menos concorrência com

outras atividades, para poder garantir o emprego dessas pessoas e efetivamente trabalhar, porque aquilo que é bom para o desenvolvimento econômico do Estado é bom para a Cemig. Com isso, acredito que também respondo às outras perguntas mais específicas sobre eletrificação no assentamento no Município de Gameleiras.

Alguns comentários sobre respostas aos ofícios, deputado, nessa nova situação, como todo o pessoal administrativo ficou em home office ou férias, tenho trabalhado muito, e é o meu compromisso responder a tudo que chega ao meu gabinete. Peço desculpas se ainda não o fizemos, mas o faremos.

O presidente – Muito obrigado, Dr. Reynaldo.

Exibição de Vídeo

O presidente – Há um vídeo para ser exibido por parte da Cemig. Vamos, então, passá-lo.

– Procede-se à exibição do vídeo.

O presidente – O.K. Muito obrigado. Quero agradecer a presença do deputado Bartô, que também nos acompanha de forma remota.

Registro de Presença

O presidente – A presidência registra e agradece a presença do Sr. Marco Antônio Lage, que tem uma brilhante trajetória profissional e agora também está colocando o seu trabalho, os seus serviços à disposição da Cemig.

Debates

O presidente – Vamos passar a palavra, agora, ao deputado Glaycon Franco, vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, para seus questionamentos.

O deputado Glaycon Franco – Caríssimo Sr. Presidente da Assembleia de Minas, deputado Agostinho Patrus. Gostaria de saudar, também, o nosso amigo Thiago Cota, que preside a Comissão de Desenvolvimento Econômico, e o nosso diretor-presidente da Cemig, Sr. Reynaldo Passanezi Filho.

O nosso questionamento, presidente, é em relação aos hospitais filantrópicos. Sabemos que a dificuldade é grande, principalmente neste momento de pandemia. Os nossos questionamentos são os seguintes: Sr. Presidente, sabemos que muitos hospitais filantrópicos de Minas Gerais têm tido dificuldades de arcar com despesas com energia elétrica, essencial para seu funcionamento, principalmente neste momento, pois a suspensão das cirurgias eletivas, que geram mais recursos, fez com que diminuíssem as arrecadações. Existem políticas atualmente praticadas pela Cemig em benefício dessas instituições? O que a Cemig tem feito para ajudar os hospitais filantrópicos? Por fim, Sr. Presidente, quais são as possibilidades de criação de outros benefícios para essas instituições? Esses são os nossos questionamentos, Sr. Presidente.

O presidente – Muito Obrigado, Deputado Glaycon Franco, cumprimentando V. Exa. pelo brilhante mandato que sempre desempenha aqui nesta casa.

Passamos, então, a palavra ao presidente da Cemig.

O Sr. Reynaldo Passanezi Filho – Deputado, muito obrigado pela pergunta sobre o que temos feito. Acho que o primeiro tema é o apoio para garantir o fornecimento ininterrupto de energia. Trabalhamos num plano de contingência. Colocamos geradores próximos a hospitais. Colocamos, também, todo nosso centro de operação com uma atenção redobrada a tudo que é conexão relacionada aos hospitais.

Do ponto de vista financeiro, permitimos o diferimento das contas em um prazo de até seis meses.

Por fim, quero comentar a iniciativa de permitir que na conta dos consumidores haja doações específicas aos hospitais. Temos trabalhado no sentido de incluir isso nas contas dos consumidores. Muito obrigado.

O presidente – Muito Obrigado, presidente.

Vamos passar agora a palavra ao deputado Virgílio Guimarães, como membro da Comissão de Desenvolvimento Econômico, para seus questionamentos.

O deputado Virgílio Guimarães – Presidente Agostinho, presidente Thiago Cota, presidente da Cemig, boa tarde para vocês e para todos os demais deputados que nos assistem.

Em primeiro lugar, quero fazer um registro: o presidente da Cemig se referiu a que 2015 se iniciou com mais de 30 mil obras em atraso e agora são 200. Quer dizer, no período do Pimentel e mais um ano e meio do governo atual, houve tudo isso. Esse registro é importante e está anotado.

Em segundo lugar, eu faria um comentário rápido. Somos da Comissão de Desenvolvimento Econômico e naturalmente aqui, presidente Reynaldo, estaremos discutindo o futuro da Cemig, o seu papel estrutural no Estado, na retomada de desenvolvimento, sobretudo a questão das usinas que estamos prestes a perder – já perdemos quatro, e três estão agora na linha de tiro aí e representam 52%. Não é o momento de se discutir isso, apesar da importância do tema. Defendo, pessoalmente, a outorga antecipada para manter o controle aqui. A parceria com a iniciativa privada é importante, pois mantém os empresários mineiros que são consumidores intensivos de energia elétrica, enfim, há uma série de direitos sobre isso. Parece-me que só os setores mais radicais não querem nada com a iniciativa privada, e outros querem liquidar a conta, passar a régua, seja lá como for, privatizar e entregar tudo. Acho que isso aí até teria um grande consenso, mas não é o nosso tema. O nosso aqui é voltado para o impacto do coronavírus. Então, deixamos essa questão para depois, mas voltaremos a ela, até porque há projeto de lei sobre isso.

Neste momento, presidente Reynaldo, dirijo-me ao último ponto colocado por V. Sa., que é a questão da cultura. É um setor sofrido aqui em Minas e tem de ter um socorro, sobretudo da Cemig. Fiz uma emenda, que foi acolhida pelo grande projeto da Assembleia, permitindo a revisão dos projetos culturais: aqueles que são presenciais, aqueles já aprovados na lei de incentivo ou aqueles em processo de análise poderiam ser transformados, sem redução da remuneração, em projetos feitos de maneira virtual. Isso já existe. Então, a minha ideia é a Cemig providenciar esse ajuste nos projetos por ela financiados e não apenas – apesar de já importante – aquele último lembrete – seu último comentário – referente à divulgação dos projetos culturais on line. Tenho uma proposta mais robusta, presidente, que é o importantíssimo, maravilhoso projeto que existe da eficiência energética. O setor cultural, educacional pode ter um papel fundamental nisso neste momento de isolamento social. As famílias estão juntas, em casa. Existe um recurso muito maior para esse projeto do que a totalidade daquilo que o Estado coloca no Fundo Estadual da Cultura, muito maior: a Cemig tem a obrigação de gastar com eficiência energética, em grande parte com a educação quanto ao gasto adequado da energia. Portanto o setor cultural seria beneficiado, e muito, daria emprego. É uma tarefa que não é uma distribuição paternalista da contribuição da Cemig. Não, seria um papel eficaz da educação quanto ao gasto eficiente, da educação quanto ao gasto ambiental, tudo isso que faz parte da essência do programa da eficiência energética, gerando emprego, recursos para esse setor que hoje está à míngua. Está cheio de artistas no Estado inteiro que poderiam estar fazendo programas voltados para cada comunidade, para cada lugar em que há um artista que tocava no bar, que fazia um show. Poderiam estar recebendo da Cemig de uma maneira eficiente e que vai ter um grande impacto para as crianças reunidas com seus pais. É o maior caminho educacional.

Se o deputado Thiago passou aperto com dois ou três deputados, imaginem eu, que recebi, a bem da questão que coloquei – a minha proposta de atendimento para o setor cultural –, pedido, presidente Agostinho, de 14 deputados: Celinho, Elismar, Ana Paula, Andréia de Jesus, Gustavo Santana, sem contar os do PT, o André, o Ulisses, o Cristiano, a Beatriz, a Leninha, o Marquinho, o Betão, enfim, 14 deputados colocaram e eu agrupei em três blocos, numa tentativa meio desesperada de atender. Fiz três blocos: prestação de serviços, tarifas e gestão.

Na prestação de serviço, o principal, presidente, se refere a como vai a Cemig aplicar aquilo que a Assembleia Legislativa já aprovou, aquele pacote de socorro que a Cemig teria de dar aos pequenos e microempresários, aos MEIs, à agricultura familiar, às

culturas tradicionais, enfim, como vai ser aplicado? Vai fazer um regulamento? Está em andamento? Quando sai e quando vai ser regulamentado? Quando vai ser a sua aplicação.

Já concluo. É muita coisa. Vou passar rapidamente, muito horizontal.

Com relação à tarifa, continua o parcelamento? Continua aceitando a não amortização das dívidas antigas? Como vão incluir novas tarifas sociais, pois há famílias que antes não faziam jus à tarifa social e agora passarão a fazer pelas dificuldades que estão enfrentando? Como será tudo isso? Alguém vai ser mandado para o Serasa? Não há cabimento.

Na gestão, para concluir. Falou-se no apoio aos colaboradores, aos seus empregados. Há garantia de emprego? O PDV que está em curso será substituído por novos funcionários ou serão terceirizados?

A última pergunta é sobre a questão da conta Covid: o que foi distribuído? Para quem foram distribuídos os recursos que a Cemig aportou? Se ele participa das discussões da conta Covid? Enfim, se haverá talvez uma transferência, depois, dessa conta, de novo, para o contribuinte pela oneração das tarifas? São as perguntas, e procurei aqui, com muita dificuldade, presidente, agrupá-las, para viabilizar uma resposta. Não sei se consegui. Peço desculpas aos meus colegas, mas, sobretudo, ao presidente da Cemig, por dar um pacote tão grande. Mas espero que... A minha sugestão foi aquela da cultura. Depois, até o deputado Cristiano entrou com um projeto de lei, a deputada Andreia entrou com um abaixo-assinado também com relação ao Fundo Estadual da Cultura, e eu agreguei, de uma maneira muito robusta, muito incisiva, a questão também dos recursos que existem da eficiência energética. Muito obrigado pela paciência, presidente.

O presidente – Muito obrigado, Deputado Virgílio Guimarães. Quero só agradecer a presença dos deputados Neilando Pimenta e Doorgal Andrada.

Passamos a palavra ao Dr. Reynaldo, para os esclarecimentos.

O Sr. Reynaldo Passanezi Filho – Deputado Virgílio Guimarães, uma vez mais, muito obrigado pelas perguntas. São perguntas bastante pertinentes. Temos as mesmas opiniões no sentido da importância da preservação das usinas dentro da carteira de usinas da Cemig. Realmente, a Cemig perdeu algumas concessões. A gente tem trabalhado junto ao governo federal para que isso não ocorra. É muito importante o apoio da Assembleia nessa iniciativa.

Sobre o tema de eficiência energética e apoio à cultura, acho que vale muito comentar. Os nossos programas, hoje, são para 100% de atendimento dos hospitais, das escolas públicas e dos museus, com iluminação LED, através do Programa de Eficiência Energética. Acho que é uma iniciativa louvável, e temos trabalhado no sentido de, efetivamente, ajudar a melhorar a saúde, melhorar a educação e melhorar a cultura, através dos programas de eficiência energética.

Quero fazer um destaque aqui, deputado: dentre as medidas que, hoje, são trabalhadas para um eventual apoio de liquidez e de inadimplência ao setor, está, eventualmente, diminuir dos incentivos hoje existentes para fazer investimento em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética. Acho que isso é um tema importante. São recursos, hoje, vinculados, que são muito positivos tanto para apoiar a inovação quanto para apoiar a eficiência energética e, com isso, contribuir para melhorar a saúde, a cultura e a educação.

Também sobre cultura, lembro-me aqui da minha última atividade profissional, em que existem muitos recursos públicos disponíveis, e a gente não conseguia fazer isso. Hoje, é um desafio, mas, de fato, é o objetivo. Aproveito – o deputado comentou sobre a presença do Marco Lage, nosso diretor de comunicação – para falar de usarmos todos os recursos públicos disponíveis para o apoio à cultura aqui, no Estado de Minas Gerais. Então, talvez a minha maior mensagem seja no sentido não só das iniciativas que temos tomado, mas também da preservação desses recursos. Hoje, há uma discussão sobre a preservação desses recursos como recursos de política pública para incentivo a esses setores.

Sobre o tema do PDV, claramente, cabe comentar aqui que não temos interesse e, obviamente, não sabemos do tamanho da adesão. Mas é claro que, por concurso público, faremos a reposição de parte dessas pessoas que, eventualmente, aderirem ao PDV.

Sobre a conta Covid, é exatamente o que comentei, aqui, desse financiamento emergencial ao setor elétrico. Mas, nada foi publicado ainda. Então, por enquanto, obviamente, não há nenhuma medida, e tudo o que se tem trabalhado é no sentido de amortecer os eventuais impactos tarifários na situação que estamos vivendo, que, efetivamente, representa uma situação involuntária e gera desequilíbrios na cadeia do setor. Muito obrigado, deputado.

O presidente – Muito obrigado, presidente. Vamos passar a palavra agora aos demais deputados. Solicito a todos que, por gentileza, fiquem dentro do tempo de 3 minutos, porque, logo em seguida, teremos um novo assunto a ser tratado a respeito da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Vamos passar a palavra, ao deputado Fábio Avelar de Oliveira, membro efetivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, que nos relatou, na semana passada, a situação complicada que atravessava o Município de Nova Serrana – e, por sua solicitação também, foi votada a calamidade, naquele município.

O deputado Fábio Avelar de Oliveira – Sr. Presidente da Assembleia, deputado Agostinho Patrus; deputado Thiago Cota, presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico; Exmo. Sr. presidente da Cemig, Reynaldo Filho; meus ilustres colegas deputados e deputadas; público que nos assiste através da TV Assembleia, boa tarde a todos.

O presidente – Parece que estamos com problema com a conexão do deputado Fábio Avelar. Estamos com problema, deputado. Vamos passar à deputada Laura Serrano e, em seguida, retornamos ao deputado Fábio Avelar. Portanto, com a palavra a deputada Laura Serrano, que também é membro efetivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, para os seus questionamentos.

A deputada Laura Serrano – Boa tarde, Sr. Presidente Agostinho Patrus. Boa tarde, Sr. presidente da Cemig, Reynaldo Passanezi. Quero cumprimentar também o presidente da minha comissão, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Thiago, na pessoa do qual cumprimento os demais presidentes de comissão e os colegas parlamentares. Venho trazer as perguntas, representando o bloco Sou Minas Gerais, composto pelos Deputados Antônio Carlos Arantes, Bartô, Betinho Pinto Coelho, Bosco, Dalmo Ribeiro Silva, Fábio Avelar de Oliveira, Guilherme da Cunha, Gustavo Mitre, Gustavo Valadares, João Leite, Laura Serrano, Luiz Humberto Carneiro, Noraldino Júnior, Professor Wendel Mesquita, Raul Belém, Roberto Andrade, Tito Torres e Celise Laviola.

As minhas perguntas foram divididas com o deputado Fábio Avelar, que vai fazer também as perguntas de alguns colegas parlamentares, logo em seguida. Mas, as minhas e as do deputado Bartô, que vou apresentar aqui, vêm no contexto da importância da Cemig como prestadora de serviços, inclusive da necessidade de recuperação econômica pós-pandemia do coronavírus.

A primeira pergunta: A privatização da Cemig é uma pauta que faz parte do plano de governo Zema. Neste momento de pandemia e crise, como o novo cenário e os desafios financeiros impostos à operadora afetam o plano de privatização? Estou iniciando com as minhas perguntas.

A segunda: A manutenção em rede de distribuição energizada de média tensão – atividades de linha viva – pode apresentar riscos à segurança do profissional que a executa?

Terceira pergunta: Como é possível melhorar a disponibilidade de energia, em Minas Gerais, para que mais empresas possam investir nas redes de distribuição? Há relatos de empreendedores e, principalmente, de produtores rurais que investem na rede da Cemig, mas não conseguem ter acesso à energia depois.

Quarta pergunta: Qual a solução para os casos dos transformadores de 75kVA que estão sendo colocados, posteriormente, nas redes que já possuíam energia contratada e estão sofrendo quedas de tensão?

Quinta pergunta: Existem propostas para aprimorar o fornecimento de energia elétrica nas áreas rurais do Estado? Há relatos de variações bruscas de tensão e falta de disponibilidade de energia elétrica.

Agora, vou apresentar as perguntas do deputado Bartô, meu colega de Partido Novo: “Qual a previsão do prejuízo de inadimplência da Cemig atual e a expectativa?”.

Segunda pergunta: “Há uma previsão de negociação para o consumidor final que não se enquadra nos requisitos fixados pela Cemig?”.

Terceira pergunta: “Como o consumidor final pode rever a conta que foi calculada pela média do ano anterior?”. “Por que foi adotado esse critério?”.

Quarta pergunta: “Como estão sendo tratadas as reclamações dos consumidores que chegam sobre o aumento de preços?”. São essas as perguntas do bloco, e continuam com o deputado Fábio Avelar.

O presidente – Muito obrigado, deputada Laura Serrano. Passamos agora a palavra, para as respostas, ao diretor-presidente da Cemig, Sr. Reynaldo Passanezi.

O Sr. Reynaldo Passanezi Filho – Muito obrigado, deputada. Vou tentar seguir a ordem das perguntas da forma como V. Exa. colocou.

“A privatização da Cemig é uma pauta que faz parte do plano de governo Zema. Neste momento de pandemia e crise, como o novo cenário e os desafios financeiros impostos à operadora afetam o plano de privatização?” Temos trabalhado para garantir a sustentabilidade econômico-financeira da Cemig, para trazer critérios privados de tomada de decisão, para sempre buscar o ótimo para a companhia e o máximo de decisões focadas, exclusivamente, em critérios privados de tomada de decisão. A privatização é um tema de soberania desta Casa e do acionista controlador. Faço aqui um comentário: acredito que a privatização pode ser extremamente positiva no sentido de ser um motor de transformação da companhia. A companhia tem muitos desafios. Temos trabalhado no sentido de avançar numa visão estratégica que enfrente esses desafios, que traga sempre critérios privados de tomada de decisão, fundamentais para a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e para a sua contribuição ao desenvolvimento econômico do Estado. Acreditamos que a privatização é mais um instrumento que tem que ser discutido e debatido nesta Casa e que, se assim for decidido, nós seguiremos; se assim não for decidido, nós também seguiremos sempre, no sentido de trabalhar a sustentabilidade econômico-financeira, o engrandecimento da Cemig para apoiar o desenvolvimento do Estado. Reitero que acredito que a privatização pode ser muito positiva para transformar a companhia em face dos desafios tecnológicos e regulatórios que ela enfrenta.

As outras perguntas são mais específicas. “A manutenção em rede de distribuição”... “A manutenção em linha viva pode apresentar riscos à segurança do profissional?” Trabalhamos, de fato, para que apresentem o menor risco possível. Posso até comentar que, ontem, vi uma intervenção em linha viva, e tomamos todas as precauções necessárias para que isso não ocorra. Sim, tomamos todas. Portanto, a resposta é não. Riscos de acidente, obviamente, existem, não podemos negar, mas tudo é feito para que seja o mais seguro possível. Não tenho notícia de acidentes relativos à linha viva.

Todas as outras perguntas acho que fazem parte do plano de investimento: “Como é possível melhorar a disponibilidade de energia, em Minas Gerais?”. “Há relato de empreendedores, produtores rurais que não conseguem ter energia”. Quanto ao tema dos transformadores, ao tema das áreas rurais, reitero que temos um programa de R\$6.700.000.000,00. Este ano, a despeito de pandemia, houve um crescimento de quase 50% sobre o realizado no ano passado, para fazer face, exatamente, aos desafios de atualização e modernização, para garantir o máximo de qualidade na prestação dos nossos serviços e para que esses assuntos, de fato, sejam devidamente solucionados.

Perguntas do deputado Bartô: “Qual a previsão do prejuízo de inadimplência atual e a expectativa?”. Também creio que já fiz comentários. A gente tem na casa de pouco mais de 10% de inadimplência, 10%, 12% de inadimplência e de 12% a 15% de redução na carga. Obviamente, esperamos que isso seja o menor tempo possível, que todos possamos sair da crise o mais rápido possível. Reitero que a reabertura das lotéricas, dos correspondentes bancários tem permitido que o consumidor, de fato, tenha capacidade de realizar o pagamento.

“Previsão de negociação para o consumidor final”. Quanto a toda parte de renegociação, acredito também que já comentei. Temos, sim, permitido para determinados consumidores o parcelamento em seis vezes; ou o diferimento daquilo que foi contratado e não consumido para hospitais, para microempresas e também para os consumidores do mercado livre, comerciais e industriais, a depender do caso. Sobre todo o esforço do baixa renda também, creio que já comentei.

“Como o consumidor final pode rever a conta?” A conta sempre é... Todos os nossos canais de atendimento – menos os físicos, obviamente, os canais digitais – estão abertos, e evidentemente sempre faremos a conta pela leitura; se houver algum equívoco, certamente, faremos as correções. E não há aumento de preço.

Acho que esta é a última pergunta: “Como estão sendo tratadas as reclamações que chegam dos consumidores sobre o aumento de preço?”. Queremos destacar que não houve qualquer aumento na tarifa de energia elétrica do mercado de distribuição da Cemig. Penso que cobri as perguntas, nobre deputado.

O presidente – Muito Obrigado, presidente. Agradeço também à deputada Beatriz Cerqueira, que preside a Comissão de Educação desta Casa.

Vamos passar a palavra agora, novamente, ao Deputado Fábio Avelar de Oliveira, para as suas considerações. Com a palavra, o Deputado Fábio Avelar.

O deputado Fábio Avelar de Oliveira – Sr. Presidente da Assembleia, Deputado Agostinho Patrus; Sr. Deputado Thiago Cota, presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, do nosso Estado de Minas Gerais; Exmo. Sr. presidente da Cemig, Reynaldo Filho; meus ilustres colegas deputados e deputadas; público que nos assiste pela TV Assembleia, boa tarde a todos.

Sr. Presidente, vou fazer aqui algumas perguntas, em nome do bloco Sou Minas Gerais. Em seguida, farei também algumas perguntas sobre situações vividas, principalmente, na cidade de Nova Serrana.

A primeira pergunta é do deputado Antônio Carlos Arantes: “Nós, consumidores residenciais, temos reparado um aumento significativo nos valores das contas de energia. A que se deve esse aumento e qual percentual foi acrescentado nas contas de luz?”. Segunda pergunta do deputado Antônio Carlos Arantes: “Devido à crise gerada pela pandemia da Covid-19, muitas empresas estão operando abaixo de sua rotina ou até mesmo estão inoperantes. O que a Cemig tem feito com essas empresas que têm contrato de energia com a Cemig, aquelas que pagam um valor mínimo para ter garantia da carga de que necessitam? Ou seja, pagam hoje sem utilizar a mesma”. Essas são as duas perguntas do deputado Antônio Carlos Arantes.

Agora, a primeira pergunta da deputada Celise Laviola: “Que medida a Cemig adotará com o agravamento da crise causada pelo coronavírus, em especial para beneficiar famílias em situação de vulnerabilidade social?”.

Por fim, agora, a pergunta relacionada mais à minha cidade de Nova Serrana, Sr. Presidente: diante da situação que estamos vivendo, as famílias estão, em casa; muitas delas com vários desempregados. Na contramão da falta de recurso dos moradores, as contas de energia estão vindo mais caras. Como sugestão, poderíamos ter uma média das contas anteriores neste período de crise? Ou há alguma medida parecida para minimizar os efeitos desta crise no nosso estado?

Segunda pergunta: as nossas empresas estão em situação difícil, a grande maioria está com as atividades paradas. Os pagamentos de contas de energia elétrica de empresários poderiam ser quitados com créditos tributários? A Cemig está fazendo algo nesse sentido? Há como as empresas utilizarem esses créditos tributários para pagarem as duas contas de energia, nesse período em que as empresas estão paradas? São essas, presidente, as minhas perguntas.

O presidente – Muito obrigado, deputado Fábio Avelar. Com a palavra, Dr. Reynaldo.

O Sr. Reynaldo Passanezi Filho – Deputado, mais uma vez, muito obrigado pelas perguntas. Vou tentar de novo respondê-las na ordem, comentando que nós, obviamente, entendemos a dificuldade de todos. Entendemos! Quero destacar a importância do setor elétrico como um setor essencial à sociedade; portanto, há a importância de manter o setor adimplente. O setor segue

trabalhando. Temos todos os nossos colaboradores aí na rua, expondo-se, garantindo o fornecimento à população – e isso vale para a distribuição; vale para a transmissão; vale para a geração. Todas as nossas usinas estão, absolutamente, em funcionamento normal. Isso vale para a Cemig, vale para o conjunto dos agentes do setor elétrico. Então, é muito importante uma conscientização de todos em relação à adimplência, porque, afinal, essa é uma atividade que segue, essa é uma atividade que, a despeito de todo o impacto, que é muito severo para a maior parte da população, continua funcionando. Aí acho que é muito importante garantir a adimplência desse setor, porque ele é fundamental para garantir a segurança, a saúde e o bem-estar do conjunto da população. Então, nós temos feito muitos esforços no sentido de quem tem, efetivamente, uma dificuldade muito grande, permitindo o diferimento do parcelamento. Mas é extremamente importante quem tem capacidade garantir a adimplência do setor e o cumprimento das suas obrigações por um serviço que, efetivamente, foi prestado.

Então, a primeira pergunta: “Nós temos reparado um aumento significativo nos valores das contas de energia. A que se deve esse aumento e qual foi o percentual acrescentado nas contas de luz?”. Acho que aqui, de fato, obviamente, para um ou outro caso, isso pode acontecer, mas, na média, o consumo residencial tem subido muito pouco. O consumo comercial caiu muito, quase 25%. O consumo industrial também caiu. Claro, com as pessoas mais em casa, elas abrem mais a geladeira, o micro-ondas, e isso aí tem algum impacto no consumo, mas, na média, é muito baixo, menos de 1% no caso da Cemig. Não houve qualquer aumento na tarifa de energia elétrica.

Sobre as empresas que têm demanda contratada e que, efetivamente, estão consumindo um valor menor da demanda contratada, quero esclarecer que a demanda contratada é a demanda pelo uso do fio, pelo uso da infraestrutura. Isso, evidentemente, é só uma forma de pagar, que é por consumo e não por um valor fixo. A gente tem, sim, permitido o deferimento da diferença entre o que foi consumido e a demanda contratada, a depender, claro, de situações.

Próximas perguntas: "Diante da situação em que estamos vivendo – as famílias estão em casa, com vários desempregados, as contas estão vindo mais caras –, poderemos usar a média?" Acho que também comentei. A própria população tem muita dificuldade de entender a leitura pela média. O que temos estimulado é a autoleitura. O próprio consumidor informa a leitura, e novamente não temos detectado aumento expressivo no consumo. Vão ser muito mais situações pontuais. Na média, isso não tem nenhum impacto expressivo em termos de aumento de consumo. Reitero: a tarifa segue a mesma.

“As nossas empresas estão em situação difícilíssima. A grande maioria não está produzindo e vendendo os seus produtos. Os pagamentos de contas de energia elétrica poderão ser quitados com créditos tributários?” Isso, seguramente, é um tema que depende de autorização legislativa das respectivas casas, dependendo de o imposto ser estadual, municipal ou federal. Sendo permitido, sendo legal, certamente isso poderia ser realizado. Imagino que a parte do imposto não é tema da alçada da Cemig, mas, seguramente, da alçada dos devidos Poderes.

“Que medidas a Cemig adotará com o agravamento da crise, em especial para beneficiar famílias em situação de vulnerabilidade social?” A gente reitera medidas de política pública, o que temos apoiado, do ponto de vista da nossa conversa com o poder concedente. Por exemplo, hoje existe a suspensão do corte por 90 dias e existe também toda a política de apoio à população de baixa renda, cujo pagamento, hoje, é de responsabilidade do Tesouro Nacional. Temos trabalhado, no tocante aos municípios, para que a isenção de PIS e Cofins incida sobre essa parcela, claro, em situação de vulnerabilidade; e trabalhado internamente no Estado para que efetivamente... A gente está com uma campanha para que muitas pessoas que têm direito se cadastrem como tarifa social, como baixa renda e, efetivamente, usem esse direito e se beneficiem das políticas públicas. Eu diria que o ponto central é que esses são temas de política pública e, obviamente, damos todo o apoio às políticas públicas que forem implementadas para beneficiar essas famílias.

O presidente – Muito obrigado, presidente. Vamos passar, agora, a palavra ao deputado Gil Pereira, que é uma referência no Brasil na questão das energias renováveis e, para a alegria desta Casa, o presidente da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, para o seu questionamento.

O deputado Gil Pereira – Caro presidente Agostinho Patrus, boa tarde. Parabéns, mais uma vez, pelas condições brilhantes do seu trabalho. Quero parabenizar também o Dr. Reynaldo Passanezi Filho, presidente da Cemig, e agradecer-lhe.

Quero dizer, presidente Reynaldo, que o presidente Agostinho Patrus teve a brilhante ideia, a visão e a sensibilidade de homem público de criar aqui, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a Comissão Extraordinária de Energias Renováveis e Recursos Hídricos. Então, os avanços que temos hoje, aqui, em Minas Gerais, em especial na área das energias renováveis e principalmente da energia solar, ocorreram graças ao presidente Agostinho Patrus, que nos deu condição de criar a comissão e de trabalhar em função dela.

Presidente, o senhor esteve, ontem, em nossa cidade, Montes Claros, e em Janaúba. Então, vou começar, presidente Agostinho e presidente Thiago Cota, dando uma boa notícia. A cidade de Jaíba foi contemplada, na semana passada, com um investimento de R\$6.000.000.000,00. A empresa Aurora Energia conseguiu, junto à Secretaria de Meio Ambiente – aqui quero parabenizar também o secretário Germano por dar celeridade a esses projetos –, um investimento de 5.500ha, que vão gerar 680MW de energia solar. Ou seja, são investimentos de mais de R\$6.000.000.000,00. Há outro também na cidade de Unai, um investimento de R\$3.000.000.000,00.

Então, presidente, quero falar da alegria de ver que a Cemig está continuando a investir nas subestações. Em Minas Gerais – quero que o senhor confirme isso –, são 80 subestações novas; 20 no Norte de Minas. São 800km de linhas de 138kV. Então, queremos que o senhor continue investindo esses recursos. Como o senhor falou, são R\$6.200.000.000,00. Espero que dê mais celeridade a esses 34% que são do Norte de Minas, porque há muitos investidores. Apesar da pandemia, presidente Agostinho Patrus, estão querendo investir no Norte de Minas. Nós já temos... Estão aí o Dr. Marco Antônio Lage e o Ronaldo Gomes. Queremos essa prioridade, porque todos sabem que a seca que castigava o Norte de Minas antigamente... Agora está sendo o sol investido na energia solar.

Temos várias grandes plantas: de 600MW, 700MW, 1GW. A Assembleia Legislativa aprovou um projeto há cinco anos, segundo o qual, no caso de até 5MW de energia, estamos isentos de ICMS. Nós já temos hoje, presidente Agostinho, mais de 80 plantas energizadas em Minas Gerais, um investimento de mais de R\$1.600.000.000,00. E temos mais outras 400 plantas precisando de distribuidora – no caso da subestação – não só no Norte Minas mas também em toda Minas Gerais.

Então, estou falando aqui, presidente Agostinho, não só em meu nome, da comissão, mas também da Associação Brasileira de Geração Distribuída – ABGD; da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee; da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa – Abragel; da Associação Brasileira de Fomento às Pequenas Centrais Hidrelétricas; da Absolar, Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica; da Associação Mineira da Indústria Florestal, Amif; da Siamig, Associação das Indústrias Sucreenergéticas de Minas Gerais; e também da Câmara da Indústria da Energia da Fiemg.

Eu tenho dezenas de perguntas, algumas já foram respondidas pelo presidente. Eu quero começar perguntando ao presidente Reynaldo se vai haver algum atraso nesses investimentos das 80 subestações com a pandemia ou se continuará o empreendimento. E também, sobre os 800km de linha, se o cronograma vai permanecer como estava no início, até 2022.

Há uma pergunta também do Coronel Henrique juntamente com o Betinho, da comissão, que é sobre a cadeia de floricultura. A cadeia de floricultura em Minas Gerais é muito grande e está sofrendo muito com a pandemia; é perecível e não há como estocar, a não ser por meio das câmaras de refrigeração. A pergunta que o Coronel Henrique faz: não há como existir uma tarifa diferenciada para esse setor?

Uma outra pergunta, agora da Fiemg, por meio da Câmara de Energia: providências que vão ser tomadas nesse período de calamidade relativas à cobrança pela demanda e uso da rede pelos consumidores de média e alta tensão – que seja calculado pelo valor registrado, e não pelo valor contratado. É uma solicitação da Fiemg que pede – repito – pelo valor registrado, e não pelo valor contratado. Uma outra pergunta, também da Fiemg, é sobre os consumidores de média e alta tensão, que também estão precisando de um tratamento similar ao que está sendo concedido aos consumidores da tarifa social. Pergunto se isso é possível.

Penúltima pergunta: se podem ser parceladas essas contas dos consumidores de alta e média tensão. A última, presidente, para não me alongar muito, porque eu sei que há vários oradores ainda: considerando as dificuldades de manutenção de sua força de trabalho normal nas empresas nessa época de pandemia, qual o sentido do lançamento recente do PDV na Cemig? São essas as solicitações, presidente.

Só para encerrar, mais uma vez agradecemos ao senhor, presidente Agostinho Patrus. Acordado com o nosso governador Zema, está tramitando aqui o Projeto de Lei nº 4.054, que vai dar os mesmos benefícios, não só para a energia solar – como nós estamos tendo também –, mas para a biomassa, a eólica e também o biogás. O que o senhor acha dessas isenções também para incentivar até 5MW?

Obrigado, presidente Agostinho Patrus, e parabéns pelo trabalho.

O presidente – Muito obrigado, deputado Gil Pereira. Com a palavra, o presidente da Cemig, Reynaldo Passanezi.

O Sr. Reynaldo Passanezi Filho – Deputado, muito obrigado pelas perguntas. De fato, eu estive ontem em vossa região e saí muito surpreso com o que vi lá. Vi uma sociedade bastante organizada e muita expectativa positiva de retomada do crescimento econômico. Realmente saí muito bem impressionado com a capacidade das pessoas, com o compromisso das pessoas e com tudo o que vi de perspectivas.

Acho que o senhor colocou muito bem o tema da geração distribuída. O tema da fonte de energia solar tem um potencial imenso na região. Minas é o estado que possui a maior parte dos investimentos em geração distribuída no País, e a região Norte concentra quase 70% desses investimentos. De fato, temos trabalhado de forma incessante para fazer todas as conexões e para fazer todos os investimentos necessários.

A usina que eu visitei ontem, só para se ter uma ideia, injeta uma potência que é metade da capacidade da subestação. Então, o senhor imagine a dificuldade, porque é uma região que obviamente possui um consumo limitado, e a infraestrutura é proporcional àquele consumo. Se num determinado momento você começa a colocar uma quantidade muito grande de investimento, é óbvio que não há como escoar toda essa energia. Então, para isso está o nosso programa de investimentos. A gente confirma, de fato, essas 20 subestações lá e 80 subestações no total, os 800km de linha. Também temos que dizer que não serão suficientes, porque, além dos investimentos em distribuição, ainda mais com esse tipo de investimento que o senhor está anunciando – só esse aqui tem 680MW –, nós claramente necessitaremos de investimento também em transmissão de energia elétrica. Para isso, a gente tem trabalhado, e a empresa de planejamento chamada EPE – Empresa de Pesquisa Energética – tem trabalhado no sentido de concentrar investimentos em transmissão na região Norte de Minas, pela vantagem competitiva que há em relação ao investimento em energia solar, seja geração distribuída, sejam plantas de maior escala.

Eu realmente tenho um comentário das coisas que eu tenho lido sobre futuro, sobre pós-pandemia, de que é muito possível que os países aumentem as suas respectivas industrializações e diminuam um pouco o fluxo de comércio. Então, uma das coisas que será consequência da crise é querer uma menor dependência de outros países e, portanto, de fortalecer a industrialização. É desse ponto de vista que, de fato, Minas tem uma oportunidade única, porque a gente está vendo o que é, por exemplo, depender de um respirador, depender de uma máscara. Portanto, a importância de ter uma indústria doméstica forte.

Eu diria que o Estado tem uma oportunidade única em resposta à crise, de sair com uma indústria mais forte e positiva, com menor dependência de importações. É isso que nós... Aí vem a primeira pergunta sobre os investimentos. A gente até agora preservou

100% dos investimentos. Então, vou bater aqui na madeira para que efetivamente a gente saia logo da crise e garanta uma solidez financeira da empresa para que a gente possa, sim, fazer esses investimentos e contribuir para o desenvolvimento econômico do Estado, acreditando que, de fato, vamos ter um reforço na industrialização dos países e uma menor dependência de produtos importados.

Sobre as perguntas, eu vou tentar... Acho que essa foi a primeira pergunta, deputado. A outra é sobre a cadeia da floricultura. Claramente a gente entende a dificuldade. Não acredito que seja possível uma tarifa diferenciada, exceto se houvesse uma política pública específica para o setor; aí, sim, nós aplicaríamos. De qualquer modo, aqueles comentários gerais do ponto de vista de parcelamento que eu fiz, se forem aplicáveis, a gente claramente incluirá.

Em relação às perguntas da Fiemg, creio que já comentei sobre a cobrança pela demanda. A gente tem permitido – obviamente em situações caso a caso – a cobrança, o pagamento do valor consumido e o diferimento da diferença entre o valor consumido e o valor contratado. Aqui também vale o mesmo comentário: tarifa social é uma decisão do poder concedente, é uma política pública e, portanto, possui caráter restritivo, só é aplicada para um determinado segmento. Sendo estendida essa política para outros segmentos, nós aplicaremos; não sendo, não há como aplicarmos.

Sobre parcelamento, acredito que também já comentei sobre as iniciativas que existem em andamento. E sobre o PDV da Cemig, esse tema já estava previsto no nosso orçamento de 2020, mas, mais do que isso, esse tema também é um anseio de parcela dos nossos colaboradores. Então, de um lado há o objetivo da empresa e também o objetivo de renovação das equipes. A gente está fazendo só para pessoas com, no mínimo, 25 anos de casa, e há, de fato, um anseio por parte dessa população que tem interesse na adesão. Então, isso não é uma medida unilateral da empresa, mas também é um tema de interesse de uma parcela expressiva do nosso corpo de colaboradores.

Por fim, sobre os temas do PL para inclusão de benefícios para biogás, biomassa, eólica, acho que em tudo que for definido como política pública nós claramente faremos o que for necessário no sentido de cumprir. Não vemos de forma positiva também esse projeto de lei.

Deputado, acho que eram essas as perguntas. Agradeço novamente a oportunidade.

O presidente – Muito obrigado, presidente. Passamos agora a palavra ao deputado Repórter Rafael Martins, que preside com muito brilhantismo a Comissão de Minas e Energia desta Casa.

O deputado Repórter Rafael Martins – Muito boa tarde, presidente Agostinho Patrus; boa tarde, deputados e deputadas; e também boa tarde a todos que nos acompanham nessa transmissão aqui, na TV Assembleia.

Eu quero parabenizar o senhor, deputado Agostinho, pelo brilhantismo também na condução dessas discussões e desse trabalho. Eu quero também reconhecer aqui a importância dos meus colegas deputados estaduais na Comissão de Minas e Energia, que eu tenho a honra de presidir.

Também agradeço a presença do presidente da Cemig, o Sr. Reynaldo Passanezi Filho, e parabenizo-o pela coragem de num momento como este ser questionado e ser sabatinado por nós, deputados estaduais, na Assembleia Legislativa. Eu quero parabenizá-lo, presidente Reynaldo, porque o senhor se colocou para receber os anseios da população, e eu estou aqui exatamente para fazer isso, para transmitir ao senhor esses anseios.

Fiz ontem um anúncio de que nós estaríamos frente a frente hoje com o senhor e recebi, nas minhas mídias sociais, nas minhas redes sociais, quase mil mensagens individuais de anseios da população e vou tentar resumir boa parte desses anseios. Lembrando, é claro, que eu também sou um consumidor da Cemig – nós não temos outra opção hoje no Estado –, assim como todos os milhões de mineiros são consumidores. E, na condição de consumidor, antes de ser deputado, presidente, eu posso dizer que, com todo o respeito à presidência do senhor, hoje a Cemig está completamente afastada dos anseios da população, do que a população

espera; a Cemig, infelizmente, está muito longe da realidade dos mineiros, e eu posso dizer isso já transmitindo para o senhor algumas perguntas.

Boa parte dos consumidores de todo Estado, para não dizer a sua totalidade, questiona o aumento desproporcional – e por uns até abusivo – na conta de luz, sobretudo deste último mês. A maioria alega que o consumo foi praticamente o mesmo. O que justifica isso? O senhor já teve a oportunidade de responder, mas eu volto mais uma vez a frisar, sendo muito direto com o senhor e aguardando também uma resposta prática e objetiva. Presidente, o que o governo pode fazer para socorrer essas famílias que tiveram seus rendimentos afetados pelo isolamento social e que, assim como eu, estão apavoradas com o valor da tarifa? Eu também sou consumidor e estou abismado com o valor e com o aumento que veio na conta de energia. O que o consumidor deve fazer? Esses são os primeiros questionamentos.

Gostaria também de perguntar para o senhor sobre a lei aprovada por esta Casa, na Assembleia, de autoria do Alencar da Silveira – foi até quem transmitiu essa pergunta para o senhor –, da manutenção do fornecimento desse consumidor inadimplente. Porque muitos dizem que estão tendo o seu fornecimento cortado, e essa lei não estaria sendo cumprida. Gostaria de saber em que medida está sendo cumprida, ou não, e o que esse consumidor deve fazer.

Por fim, eu tenho uma pergunta também com relação a um acordo firmado da Cemig com os provedores de internet, aqueles que fazem o fornecimento da banda larga em muitas cidades em Minas Gerais. São 1.800 provedores de internet em Minas Gerais, uma realidade de 5.000 no Brasil e 1.800 só em Minas Gerais.

A Cemig havia feito um acordo com eles de igualar o preço cobrado do aluguel do poste nessas grandes empresas, lembrando que os pequenos hoje correspondem a uma fatia maior do que dos grandes provedores. Esse acordo não foi cumprido, e os provedores de internet estão mantendo o serviço mesmo com muita inadimplência. Como vai ficar isso? O que nós podemos responder para esses provedores de internet? Dizendo e lembrando, mais uma vez, que o senhor disse que não houve aumento do consumo – nós prestamos muita atenção nisso –, mas essas milhares de pessoas que recorreram a mim para perguntar para o senhor disseram que não houve aumento de consumo, mas o valor veio alto. Alguém está equivocado nas informações, e eu acredito que não sejam os consumidores. Onde está o equívoco, presidente?

Muito boa tarde, muito obrigado pela presença do senhor hoje, na Assembleia.

O presidente – Muito obrigado, deputado Repórter Rafael Martins. Com a palavra, para os esclarecimentos, o presidente da Cemig, Dr. Reynaldo Passanezi.

O Sr. Reynaldo Passanezi Filho – Deputado, muito obrigado pelas perguntas. Eu reitero os meus comentários no sentido de poder estar aqui, de ouvir os anseios da população e levar esses anseios para dentro de casa para que a gente possa trabalhá-los da melhor forma possível. Acho que, de fato, nós vamos ter que trabalhar.

Não houve aumento da tarifa, tampouco no global houve um aumento nas contas de luz. Então, reitero que situações ocasionais de aumento de consumo podem ocorrer, eventualmente é a parte da população que tem reclamado, mas de maneira nenhuma... Primeiro, se houve algum erro de medidor obviamente, nós iremos corrigir. Como eu coloquei aqui, em 1 a cada 10 mil a gente identifica erros de leitura, mas é uma proporção baixa. E reiteramos que não houve aumento da tarifa e tampouco houve no global um aumento no consumo. Ocasionalmente pode acontecer, de fato, de um ou outro consumidor aumentar o seu consumo, mas isso não traz o impacto que eventualmente parece existir nas mídias sociais.

Outra questão, sobre muita gente da tarifa social reclamando da falta de diálogo e do cumprimento da lei aprovada pela Assembleia que prevê a manutenção do fornecimento de energia elétrica mesmo sem o pagamento. Acho que eu também comentei que há a suspensão dos cortes por 90 dias, se eu não estou enganado, até final de junho. Isso por determinação da própria agência de regulação.

Sobre o tema dos provedores de internet, acho que também vale um comentário geral de que, obviamente, tudo aquilo que for determinação legal nós estamos com todo interesse de fazer cumprir absolutamente à risca. Então, sobre o tema da internet, da utilização dos postes, eu posso comentar que obviamente a gente está trabalhando no sentido de manter os contratos atuais até o vencimento e, no momento da renovação, trabalhar com tudo aquilo que foi acertado entre a Aneel e a Anatel. Só para destacar que o nosso interesse é sempre cumprir as determinações do poder concedente e de todas as decisões do ponto de vista de lei, de mandatórias para uma boa prestação do serviço.

Muito obrigado, deputado.

O presidente – Muito obrigado. A presidência agradece a presença do diretor-presidente da Cemig, Sr. Reynaldo Passanezi Filho, e do deputado Thiago Cota, presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico nesta primeira parte da reunião.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender por 1 minuto os nossos trabalhos para, em seguida, retomar com a secretária de Agricultura. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

2º Painel

Composição da Mesa

O presidente – A presidência agradece a participação por via remota da Exa. Sra. Ana Maria Soares Valentini, secretária de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nesta segunda parte da reunião; e convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. José Ricardo Ramos Roseno, subsecretário de Assuntos Fundiários; e deputado Coronel Henrique, presidente da Comissão de Agricultura e Agroindústria.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O presidente – Teremos como organização do nosso trabalho, em primeiro lugar, a secretária, que disporá de 20 minutos para a sua exposição; em seguida, o presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, que disporá de 3 minutos; e, logo depois, cada um dos membros efetivos, também com o mesmo tempo para o questionamento à secretária de Estado.

Com a palavra, para a sua exposição por via remota, a secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Sra. Ana Maria Soares Valentini.

Palavras da Sra. Ana Maria Soares Valentini

Boa tarde a todos e a todas. Eu quero cumprimentar o deputado Agostinho Patrus, presidente dessa Casa, e parabenizá-lo pela condução dos trabalhos, que tem feito com muita excelência. Quero cumprimentar também o deputado Coronel Henrique, que realiza um ótimo trabalho na presidência da Comissão de Agropecuária e Agroindústria. Na pessoa deles, quero cumprimentar todos os deputados que estão acompanhando pela TV Assembleia e também os telespectadores. Agradeço de antemão, deputado Agostinho, pela compreensão para que eu pudesse fazer essa participação remota. De qualquer forma, o meu subsecretário, Dr. José Ricardo, está aí presente para algum eventual problema ou dúvida que a gente não consiga resolver por via remota. Como nosso tempo é curto, eu vou pedir para começar a apresentação para que a gente possa, então, resumir rapidamente as ações da secretaria, que são muitas. Vamos ver o que a gente consegue passar nesse espaço de tempo.

As ações da secretaria foram norteadas por duas premissas. A primeira, a proteção à saúde dos empregados e da coletividade e, a segunda, também a manutenção dos serviços essenciais no Estado. Pelo decreto do governador, assim como em todo

País, a produção de alimentos é um serviço essencial, assim como tudo que apoia a cadeia da agricultura e da pecuária no nosso estado. Então, eu quero destacar as ações da secretaria.

Primeiramente nós tivemos a adoção do plano de contingência do sistema de agricultura com as vinculadas Emater, Epamig e IMA, em que adotamos o regime de teletrabalho em todas as funções que foram possíveis – em algumas funções isso não pôde acontecer, como, principalmente, com os funcionários do IMA. Nós demos como prioridade a continuidade da execução das ações relativas às emendas parlamentares federais e estaduais, a realização de reuniões por meio de videoconferência – mais a frente, eu vou detalhar algumas reuniões que nós fizemos – e intensificamos as ações de comunicação pelas mídias sociais. Também há pautas positivas com distribuição à imprensa. Inclusive a secretaria produziu, com o apoio dos próprios colaboradores, um vídeo, que é “O agro não pode parar” – não sei se isso chegou a vocês, espero que tenha chegado. Publicamos também todas as normativas relativas à situação da pandemia e estamos elaborando semanalmente relatórios – a Emater e o IMA – sobre os impactos da pandemia no setor agropecuário do nosso estado. A secretaria também produziu informativos com orientações específicas para o setor e para as prefeituras municipais no enfrentamento da crise da pandemia.

Atualmente a secretaria está envolvida com todas as vinculadas – a Emater, o IMA e a Epamig – numa campanha para apoiar o setor da floricultura, porque muitos setores da agricultura do nosso estado foram impactados, mas possivelmente a floricultura foi o que mais sofreu. Com a chegada do Dia das Mães este mês e do Dia dos Namorados no próximo mês, de junho, nós fizemos essa campanha para incentivar, com o nome de “Envie um abraço em forma de flor”.

Aqui nós temos, então, a relação das portarias que foram publicadas pelo IMA – são várias. Eu acho que não vou entrar em detalhes de ler cada uma, mas provavelmente algumas serão comentadas no decorrer da apresentação e também creio que nas perguntas. Mas nós estamos à disposição de todos vocês para detalhamento dessas portarias. Então, há as portarias do IMA; as portarias normativas da Emater, que estabeleceram as normas do trabalho, do teletrabalho; portarias relativas à Epamig também; e portarias relativas à Seapa, que foram publicadas.

Então, quais foram as nossas principais ações efetivas? Semanalmente nós estamos produzindo um relatório sobre os preços de frutas e hortaliças comercializadas na Ceasa Minas, no entreposto da Grande BH, e também o balanço da produção e abastecimento agropecuário em Minas Gerais. Fizemos várias reuniões com o setor agropecuário. Quero destacar reunião com o Proaminas(?), reunião da Câmara Técnica de Política Agrícola, reunião do Cedraf, reunião do colegiado gestor do Conselho do Pró-Pequi, reunião com a Câmara Técnica de Floricultura, reunião do Cepa, e recentemente reunião com o Consea e CAE.

Definimos e buscamos junto ao Silemg ações para alternativas para captação de leite dos pequenos laticínios. Nossos produtores de leite, principalmente os pequenos, estão sofrendo muito com o fechamento de alguns laticínios pequenos, e nós estamos buscando que haja um desvio desse leite para os grandes laticínios.

Continuamos com gerenciamento do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, que, neste momento, torna-se mais importante ainda, porque, além de apoiar a agricultura familiar, ele também possibilita levar alimentos para as pessoas em situação de vulnerabilidade. Só para se ter uma ideia, no último mês, de 15 de março a 15 de abril, foram aplicados R\$236.000,00 no PAA em 33 municípios, adquirindo 160 toneladas de alimentos e beneficiando 447 produtores.

Em consonância com as outras ações do Estado, também na secretaria foi feita a suspensão de prazos dos processos administrativos em relação à regularização fundiária, arrecadação de terras e ações discriminatórias, conforme o decreto do Executivo previa.

Mais algumas ações: no CeasaMinas também colaboramos com a elaboração das regras para o funcionamento do Mercado Livre do Produtor – MLP – na Ceasa e também com informações sobre o funcionamento dessas unidades em outras regiões. Fizemos várias articulações juntamente com a Secretaria de Meio Ambiente para apoiar o setor em relação a prazos de licenciamento e prazos de cumprimento de condicionantes. Solicitamos também ao Igam que prorrogasse o prazo para cobranças dos recursos hídricos da

mesma forma que a Agência Nacional das Águas fez em nível federal. Elaboramos uma nota técnica em parceria com a Semad, apoiando-a nas reuniões para que não houvesse paralisação dos licenciamentos das outorgas, a fim de que o trabalho pudesse continuar. Foi feita, então, uma parceria com a Semad. Articulamos, também, junta com Syngenta Proteção de Cultivos, a cessão de equipamentos para testes da Covid-19 no Triângulo Mineiro.

Principais ações do IMA. O IMA criou um portal de serviços para o produtor em que se pode emitir guia de trânsito animal, permissão de trânsito vegetal, declaração de vacinação e emissão de fichas sanitárias. Com a adequação desse site melhorou muito o acesso para os produtores. Também o IMA está semanalmente monitorando a cadeia produtiva animal, analisando a produção de derivados de lácteos, de rebanho, de abate, as cadeias de bovinocultura, suinocultura, avicultura e também acompanhando o que é abatido, o que está indo para a recria. Esses relatórios estão sendo produzidos toda semana. Também a Emater está trabalhando com um relatório desse na área de abastecimento e comercialização. No teletrabalho, a Emater, intensificou os canais de comunicação, criou o site Conta com a Emater, com plantão técnico – e também por WhatsApp. Está fazendo, como já falei, essa pesquisa semanal sobre abastecimento e comercialização em todos os municípios que a Emater está conveniada. Continua com assistência técnica com trabalho remoto. Ajudou na elaboração de uma cartilha norteadora de organização das feiras livres em tempo de pandemia. Alguns municípios aderiram, e as feiras continuam em alguns municípios com os devidos cuidados, conforme a orientação da Emater e também criou as feiras livres on-line. No Noroeste mesmo está funcionando bem em alguns municípios, ajudando os produtores da agricultura familiar a vender seus produtos on-line. A Emater também fez uma ação junto ao Ministério da Agricultura para a prorrogação das datas. Isso foi conseguido. Os técnicos da Emater de diferentes setores e em diferentes áreas continuam também trabalhando com produção de lives e também oficinas virtuais para divulgação dos vídeos e materiais técnicos. Fez também uma outra ação, junto à Receita Federal, para que houvesse prorrogação do prazo para o lançamento do Valor da Terra Nua – VTN.

A Emater, normalmente, participa em todos os municípios nos comitês que fazem essa avaliação, que lançam esse valor e também a divulgação do Crédito Rural, do programa Garantia-Safra, que continuam as emissões dos dados técnicos. Uma coisa que ajudou muito a Emater agora, na pandemia da Covid, foi a plataforma digital Deméter, que começou a funcionar em novembro. Estava ainda avançando. Isso possibilitou muito o trabalho dos técnicos. A Emater fez também uma cartilha muito interessante na área de cuidados e colheitas do café. Nela há todos os cuidados que devem ser tomados pelos produtores, orientações para as secretarias Municipais de Saúde. A cartilha foi enviada a todos os municípios. A Emater continua na parceria com a execução do PAA este ano. Cinquenta e um municípios do Estado estão com a parceria da Seapa, com a parceria da Emater.

Também as mulheres rurais de Itaobim deram assessoramento técnico para a fabricação de máscara de proteção, em parceria com a prefeitura municipal. Houve também um novo projeto de PAA, que foi enviado ao Ministério da Cidadania. Com o anúncio do governo federal de R\$500.000.000,00 de recursos para o PAA, sendo que R\$220.000.000,00 vão ser aplicados pela Conab, e R\$280.000.000,00 repassados aos estados, a Emater elaborou junto com a Seapa um projeto, solicitando R\$30.000.000,00 desses recursos para mais municípios no nosso estado.

Continuando, as principais ações da Emater sobre os registros de serviços realizados. Como vocês podem ver, já mencionei, a plataforma Deméter possibilitou que não deixasse de serem atendidos. Quando comparamos aqui, em anos anteriores, nos meses de fevereiro e março, os clientes cadastrados, vemos que houve um grande aumento nos atendimentos e nos cadastros aqui em 2020.

Principais ações da Epamig.

Ela não é uma empresa só de pesquisa. Esta não pode parar, principalmente a pesquisa com animais, com plantas. Então, a Epamig continua o seu trabalho de manutenção das fazendas, dos rebanhos, das lavouras, que subsidia as pesquisas. Então, estão mantidas as ações de pesquisa, de transferência de tecnologia, publicações de materiais técnicos, de manutenção e produção de alimentos nos campos experimentais. A Epamig também adaptou sua homepage para atender ao público externo, criou um boletim interno de notícias Momento Epamig, com informações sobre serviços essenciais e teletrabalho, para orientar não só o público mas

também sua própria equipe. Alterou os protocolos de atendimento ao produtor rural, principalmente no laboratório de solo, recebendo as amostras pelos Correios. Está normal o funcionamento do Laboratório de Análise de Solo e Folha. Houve também o desenvolvimento de ensino a distância, com aulas administradas por videoconferência no Instituto de Laticínios Cândido Tostes. Além disso, melhorou-se o e-commerce nos materiais e boletins técnicos e outras parcerias que foram feitas pela Epamig e outras ações.

Então, vamos ao que nos preocupa mais, que são os dados de abastecimento e comercialização. Como eu estava dizendo, desde o começo já foram quatro monitoramentos, nas últimas quatro semanas, de abastecimento no Estado. Esse monitoramento está sendo feito pela Emater. É um questionário que é enviado a todos os municípios, aos 853. Podemos ver que quase a metade dos municípios está normal. Com baixo comprometimento, mais ou menos 1/3. Poucos municípios relataram algum comprometimento de algum abastecimento e esse comprometimento foi causado em pequenos municípios da Zona da Mata, do Norte, do Jequitinhonha. Acho que seis municípios relataram comprometimento por problemas de circulação de mercadoria, por problema do trânsito, que tiveram dificuldades para chegar lá. Como vocês podem ver, sobre a variação ao longo desde o primeiro momento até agora, não foi significativa a quantidade de municípios em que o abastecimento estava comprometido. Até reduziu um pouquinho nas últimas semanas em relação à primeira semana. E está se mantendo assim.

Comercialização da produção para os agricultores familiares. Isso é uma coisa que nos preocupa muito, principalmente pelo Pnae, pela proibição das feiras na maioria dos municípios. Isso deixou os agricultores familiares sem poder escoar a sua produção. Podemos observar nesses gráficos que, diferentemente do abastecimento, de uma forma geral, que está, vamos dizer, normal, em quase metade dos municípios, com relação à comercialização dos agricultores familiares, na última semana, só 13% estavam conseguindo comercializar com normalidade os seus produtos.

Fomos ver também onde esses produtores, esse 13% que estão normais, estão conseguindo vender. Nessa transparência que estou apresentando, temos aqui: principal forma de comercialização da produção pelos agricultores familiares. Temos, então, o mercado local com os sacolões, supermercados – os produtores conseguiram acessar esses mercados – um pouco de televenda, um pouco de feiras livres. Vocês ainda podem notar que, ao longo das semanas, subiu 8% a comercialização nas feiras livres, porque alguns princípios aderiram às orientações da secretaria, com distanciamento de barracas, com álcool em gel, disponibilização de pias nas feiras, vestindo máscaras e também orientando que os grupos de risco não fossem à feira para vender nem para comprar. Dessa forma conseguiu que se aumentasse um pouquinho a comercialização para os agricultores familiares nas feiras livres, mas vocês podem ver que é muito pouca coisa ainda.

Comercialização da produção pelos agricultores familiares do Pnae. Essa é a nossa maior preocupação, porque, com o fechamento das escolas, os pequenos produtores não estão conseguindo entregar os seus produtos conforme estava contratado. Estamos em tratativas com nossa bancada federal, buscando um caminho para sanar esse problema. A nossa sugestão é que os alimentos sejam adquiridos dos agricultores e que sejam levados aos Cras para que sejam distribuídos para as populações de baixa renda e em vulnerabilidade, porque o produto está pronto para ser comercializado. Na sua maioria é perecível e esse produto tem de ter uma destinação. O pequeno produtor não tem como ficar sem receber, porque ele já teve o seu custo de produção para que isso chegasse ao ponto de comercialização.

Então, temos aqui, produtos com maior dificuldade de comercialização nos municípios: 23% de variação nas carnes, que teve uma maior dificuldade. Estamos tendo reclamações principalmente no setor de aves, suínos, com queda de preço. O leite também teve dificuldades de comercialização nos municípios.

Dados da agroindústria, variação na destinação de bovinos ao abate. Fizemos aqui um gráfico de comparação do ano de 2020 com o de 2019. Na destinação de bovinos para a cria tivemos até um aumento de 8%, mas o que nos preocupa é o último spot aqui em que 49% dos bovinos, comparada com 2019, foram destinados para a reprodução. Isso acende uma luz vermelha porque podemos ter no futuro uma queda na oferta desses animais.

Comparativos dos estabelecimentos da bovinocultura de leite. Como já falei no começo, o setor de lácteo foi muito abalado. Podemos ver que, nas últimas duas semanas, só 45% dos estabelecimentos estão dentro da normalidade. Há um número muito grande comprometido e já 8% com recebimento interrompido.

Quais os motivos do comprometimento da atividade leiteira aqui no pós-pandemia? Então, 89%, que são exatamente os pequenos laticínios, que recebem aí até 2.500 litros de leite por dia, alegam que seu maior problema é a diminuição das vendas devido ao fechamento do comércio varejista. São aqueles laticínios que abastecem lanchonetes, restaurantes, mesmo pequenos mercados. O fechamento, principalmente de lanchonetes e restaurantes, fez com que se comprometesse tanto assim as vendas do produto. Para outros estados a dificuldade para a comercialização foi menor.

Ainda no setor de agroindústria, as cadeias produtivas de suínos e aves não apresentaram variação significativa em relação aos dados de 2019. Em compensação, apesar de tantas preocupações em relação ao abastecimento e todas essas dificuldades que temos visto... Nem trouxe aqui, mas há um setor também que é muito atingido, o setor da cana, tanto do etanol quanto do açúcar. É um setor que vai ser duramente atingido. Traz-nos muita preocupação porque é um setor que gera, que demanda muita mão de obra. Será afetado. O setor de frutas perecíveis de exportação também será afetado.

Disso a gente ainda está levantando os dados. Mas o que a gente pode observar é que Minas Gerais continua mantendo a sua participação no valor bruto da produção de agropecuária no País. A agropecuária ainda está com 10,5%, sendo que a lavoura teve um valor bruto na produção, no primeiro trimestre, de R\$45.000.000.000,00; e a pecuária de R\$26.000.000.000,00.

Pode passar para o gráfico da variação do valor bruto da produção. Vocês podem ver: a lavoura subiu 14,5%; a pecuária, 14,4%, que deu aí uma média de 14,5%. Então, tivemos, no primeiro trimestre, esse aumento de 14,5% no valor bruto da produção agropecuária, no nosso estado, que é algo que a gente espera que vai nos ajudar no enfrentamento da crise e na recuperação da economia.

Os dados que eu tinha que trazer para vocês são esses, dado o tempo curto. Quero dizer que tanto o IMA quanto a Emater têm produzido relatórios muito mais detalhados sobre a comercialização dos produtos agrícolas, produção e abate, no Estado. Esses relatórios podem ser disponibilizados para vocês se houver interesse. Muito obrigada, deputado. Continuo aqui à disposição para as perguntas.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente – Muito obrigado, secretária. Quero agradecer também a presença aqui conosco do deputado Antonio Carlos Arantes, que é um grande defensor da questão agropecuária nesta Casa; do deputado Tadeu Martins Leite e do José Ricardo Ramos Roseno, subsecretário de Assuntos Fundiários, a quem agradeço a presença para os esclarecimentos, se necessário, aos parlamentares.

Passo agora a palavra ao deputado Coronel Henrique, que preside com excelência a Comissão de Agropecuária e Agroindústria desta Casa, para os seus questionamentos.

Palavras do Deputado Coronel Henrique

Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, Sra. Secretária Ana Maria Valentini. Boa tarde aos parlamentares e ao povo que nos assiste. É sempre bom, presidente, retornar a esta Casa, nesse momento de exceção, nesse momento de cuidados. Estamos presentes ao lado do senhor e não poderíamos deixar de fazer ecoar a voz de todos os deputados, no sentido de parabenizar V. Exa. pela serenidade com que conduz os trabalhos, mostrando que o Parlamento mineiro está fazendo o seu papel primordial de estar ao lado do povo de Minas Gerais.

Gostaria de dizer, Sra. Secretária – já conversamos muito sobre isso –, que a nossa agropecuária, às vezes, é esquecida, nos discursos de política. Temos todo o apreço pelas prioridades de pauta, que também são nossas, da educação, da segurança e da saúde. Mas, nada disso aconteceria se não tivéssemos nos bastidores, trabalhando, de forma anônima, o nosso agronegócio. E a senhora,

como secretária de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, dá demonstrações claras disso não só nesses relatórios que a senhora apresenta, mas principalmente pelo que estamos vendo acontecer, nos últimos 60 dias. No início dessa pandemia, houve uma corrida aos supermercados; a população com a sensação da possibilidade, do risco, de desabastecimento. Mas isso não ocorreu; existe muito trabalho por trás disso. O agro trabalha de forma integrada e anônima. Eu, como presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, tenho a obrigação e a missão de representar esse setor, fazendo valer a voz dos produtores e de todos os profissionais envolvidos nessa complexa cadeia.

Gostaria de parabenizar a senhora e toda a equipe, aí incluo, sem exceção, as agências, a Epamig, a Emater e o IMA. Coloco esta Casa à disposição de V. Exa. e faço aqui alguns questionamentos, que não são nem questionamentos, são reflexões para que eu veja a posição da senhora, até porque tivemos a oportunidade de ouvir a ministra da Agricultura declarando a prioridade do agronegócio, nos tempos pós-pandemia. Todos nós sabemos que esse vírus pode ter surgido, em um mercado de animais, na China, que comercializa animais vivos e, certamente, houve uma falha de fiscalização agropecuária e sanitária, nesses mercados. O mundo exigirá uma resposta dos nossos sistemas de inspeção, dos nossos sistemas de sanidade animal, no mundo pós-pandemia.

Gostaria de saber da senhora a visão da Seapa para que, nos tempos de pós-pandemia, pudéssemos aperfeiçoar ainda mais o nosso sistema sanitário, que é exemplar, não só no nosso Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como também na nossa agência, no nosso Instituto Mineiro de Agropecuária. Esse é o primeiro questionamento.

O segundo é saber da senhora se a Seapa tem monitorado as nossas exportações. O nosso agronegócio se caracteriza por manter o nosso mercado interno abastecido; mas também, nesses tempos, temos que nos preocupar em monitorar e fomentar as nossas exportações, porque serão o sustentáculo da nossa economia nos momentos pós-pandemia.

Além disso – outro questionamento e coloco esta Casa à disposição da senhora –, apresentei o Projeto de Lei nº 1.893, que trata, justamente, dessa questão do Pnae, da distribuição dos produtos de agricultura familiar, que é uma preocupação nossa também. Gostaria que a senhora também esmiuçasse um pouco mais o que o governo tem se preocupado em fazer: que política pública, que tipo de indenização ou de reparo para esse pequeno agricultor que sofre, nesse momento, para comercializar os seus produtos.

Ademais, a senhora destacou muito bem o impacto da cadeia da bovinocultura leiteira; especificamente, dos nossos lácteos, principalmente, dos nossos queijos. Minas Gerais não poderia deixar de ter, na Assembleia, alguém defendendo o nosso ouro branco, que é o nosso queijo mineiro.

Quero parabenizar a senhora pela iniciativa do projeto de flores, para que se consuma flores agora no Dia das Mães. Já conversei com o nosso presidente, a Assembleia vai abraçar essa campanha. Já verifiquei que a Faemg já abraçou.

Coloco uma pergunta e um desafio para a senhora: que nós também façamos essa campanha, para que as pessoas aumentem o seu consumo de lácteos e que utilizem a mesma ferramenta de marketing para o consumo das flores também para o consumo de lácteos. Hoje, pedimos para as pessoas que possam ficar em casa, e elas podem ficar em casa aumentando o seu consumo de lácteos, com as características todas próprias do nosso leite, como um alimento tão importante, um alimento essencial para a nutrição de todas as faixas etárias. Coloco essa sugestão para a senhora.

Finalizando, pergunto à senhora em que pé está a contratação dos nossos 24 fiscais agropecuários, que estão em falta, em nosso Instituto Mineiro de Agropecuária. O IMA tem sofrido um aumento da demanda, pois o Ministério da Agricultura está repassando para o Estado vários frigoríficos, deixando de haver inspeção federal e passando para a inspeção estadual. Fiz um requerimento solicitando a contratação desses 24 fiscais, que existem, claro, disponíveis.

Por fim, Sra. Secretária, foi um pedido meu através de requerimento e gostaria que a senhora fizesse valer essa voz junto ao governador: que os nossos fiscais agropecuários fossem colocados como atividade essencial, no nosso estado, nesse momento do coronavírus. Tivemos agora notícia de que o governo anunciou, para o próximo dia 15 de maio, o pagamento da segurança pública e da saúde, logicamente muito merecidos, estão na ponta da linha. Seria ideal que pudéssemos pagar todos. Sabemos das dificuldades

do Estado, mas coloco aqui essa situação, porque os nossos fiscais agropecuários estão na ponta da linha também, de forma anônima, dentro dos nossos frigoríficos, dentro dos nossos laticínios. Que leve este nosso pleito ao governador: que a nossa agropecuária também seja colocada como prioridade no pagamento, neste momento de enfrentamento tão importante e tão grave que a nossa sociedade enfrenta. Acredito que, somando esforços... E a senhora, assim como o nosso presidente Agostinho Patrus, tem essa característica da serenidade e do diálogo e, certamente, levará esse pedido ao nosso governador. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, deputado Coronel Henrique. Cumprimento, em sua pessoa, todos os membros da comissão pelo brilhante trabalho que realizam nesta Casa.

Debates

O presidente – Com a palavra, para as respostas, a secretária de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ana Maria Soares Valentini.

A Sra. Ana Maria Soares Valentini – Muito obrigada, Coronel Henrique. Vou tentar ser bem breve, porque são seis perguntas.

Em relação à defesa, o senhor já tão bem explicou a questão dos mercados úmidos, acredito que a própria sociedade, o mundo inteiro vai, daqui para frente, mudar essa postura e exigir mais que produtos sejam inspecionados, que tenham a sua qualidade e a sua segurança garantidas. Então, a gente vai esperar que... A defesa sanitária vai passar a ser mais importante ainda. Essa é a minha expectativa e acredito que vai acontecer. Aproveito para agradecer aos funcionários do IMA, especialmente, aos da inspeção, que toda madrugada chegam aos frigoríficos, independentemente de Covid. Com todo esse clima, não deixaram de cumprir a sua missão. Então, agradeço ao IMA.

Isso que o senhor pediu sobre a questão para o governador, eu já levei, pessoalmente, para ele, na semana retrasada, pedindo que os funcionários do IMA também sejam considerados como agentes de saúde pública, porque são. O alimento também é um remédio, um alimento seguro se torna um remédio. Pedi isso ao governador, pessoalmente. Quando à contratação dos 24 fiscais, isso já foi pedido na (– Falha na transmissão do áudio.) e, se não foi apreciado, está próximo.

Em relação ao que o senhor perguntou das exportações, nós tivemos uma leve redução no volume. Diante do clima de anúncio da pandemia, tudo deu uma retraída. Mas, isso foi compensado, financeiramente, pela alta do dólar, o que nos traz também preocupação, em relação aos insumos. Mas acredito que as nossas exportações vão ampliar. Estivemos, no primeiro trimestre, exportando para 146 países. Inclusive, exportamos café para 77 países, com novos clientes, como Belize, Irã e Iraque. Tivemos um crescimento importante de 10% na carne bovina e um crescimento surpreendente dos suínos, de 180%, no primeiro trimestre, em relação ao primeiro trimestre de 2019. Então, tivemos bons volumes de exportação, apesar de um leve recuo na questão dos grãos.

Em relação ao Pnae, como já falei, apesar de o Pnae ser uma política do governo federal – a agricultura a gente só apoia através da Emater, aos produtores, mas, isso é uma execução da Secretaria da Educação –, já fizemos tratativas com o governo federal para garantir que isso continue sendo adquirido do produtor. Havia uma ideia de que fosse pago ao produtor, para ele entregar depois. Mas, argumentei que, para o agricultor familiar de uma coisa perecível, não tem como, o produto está pronto para ser vendido. Ele não tem como armazenar e entregar no futuro. Então, realmente, o seu produto tem que ser adquirido; ele tem receber esse recurso. Estamos confiantes que isso vai avançar no governo federal.

Em relação aos lácteos, já havíamos até conversado sobre isso. A Faemg queria que, num primeiro momento, a campanha fosse para vários produtos, mas argumentei que não: “Vamos primeiro por partes. Dia da Mãe está chegando, e essa cultura é o setor que está mais sofrendo. Depois, a gente trabalha com outras cadeias”. Uma cadeia que também é muito importante trabalhar é a da apicultura. Inclusive, nos países da Ásia, está havendo um aumento do uso do própolis, porque, como todos sabem, o própolis tem uma ação antiviral muito importante. O consumo do própolis está aumentando, e a gente vai ajudar essa cadeia também, incentivando e divulgando isso.

Acho que foi tudo. A contratação dos fiscais já está em vias de ser aprovada. Acho que respondi tudo, coronel. Se faltou alguma coisa, o senhor me desculpe. A gente está à disposição se o senhor tiver mais algum questionamento. Muito obrigada.

O presidente – Muito obrigado, secretária. Vamos passar agora a palavra ao deputado Inácio Franco, vice-presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, para os seus questionamentos.

O deputado Inácio Franco – Boa tarde, presidente Agostinho. Gostaria de cumprimentá-lo e de parabenizá-lo pelo trabalho que vem fazendo à frente da nossa Assembleia Legislativa. Quero cumprimentar a nossa secretária, Ana Maria; o nosso presidente da Comissão de Agropecuária, Coronel Henrique. (– Falha na transmissão do áudio.) questionamentos, Sra. Secretária.

Estive no nosso Noroeste de Minas – acabei de chegar –, e recebi um pedido do pessoal de leilão, porque há uma determinação do IMA para cada município fazer somente um leilão por semana, lá, em Unaí. Agora é uma época em que estão iniciando as desmamas, e o produtor rural está querendo levar os seus bezerros que estão desmamando para os leilões. Temos duas empresas leiloeiras, e uma empresa só faz um leilão de 15 em 15 dias. A reivindicação é para que volte ao normal a realização dos leilões.

Há uma determinação do IMA também para que somente 30 pessoas, incluindo as pessoas que estão trabalhando nas empresas, participem desses leilões. Sabemos que muitos produtores rurais não têm como acompanhar o leilão on-line, e a determinação do IMA é para somente 30 pessoas. É claro que existe uma necessidade de distanciamento de dois metros de mesa a mesa. Nós sabemos que existem leilões em que o tatarsal, a área, é para mais de 400 pessoas. Então, que diminuam, que coloquem as mesas de dois em dois metros e que o pessoal possa participar desses leilões. Esse é o primeiro pedido. Estou representando o pessoal dos leilões, que me pediu que fizesse essa reivindicação para a senhora.

O segundo questionamento, secretária, é a respeito dos produtores rurais aqui, do Centro-Oeste de Minas. No Centro-Oeste da região principalmente de Pará de Minas, a avicultura – Pará de Minas é a capital mineira da avicultura, não é? – e a suinocultura são muito fortes. Nos governos anteriores, havia a liberação de crédito tributário para os produtores, porque muitos deles compram milho em outros estados, como, por exemplo, em Goiás e no Mato Grosso. O pedido seria para o aproveitamento desses créditos tributários na compra de veículos da Iveco, da Fiat. Nos governos anteriores, houve essa liberação para os produtores rurais. Então, eu gostaria de saber da senhora se poderia dar uma resposta favorável a esse pessoal. A reivindicação é muito grande por parte dos produtores rurais, principalmente daqui, do Centro-Oeste de Minas, para que aproveitem esses créditos tributários na compra de veículos. Não seria o governo pagar de imediato esses recursos, seria os produtores comprarem os veículos, reformarem suas frotas, adquirindo veículos, principalmente da Iveco, que é de Minas Gerais, e também da Fiat. É a nossa reivindicação, secretária.

Muito obrigado e parabenizo a senhora pelo trabalho também que está sendo feito à frente da Secretaria de Agricultura, e pelo agronegócio, que, mais uma vez, está segurando a economia, principalmente no nosso Estado de Minas Gerais, como a senhora falou, com um crescimento de 14%. Parabéns.

O presidente – Muito obrigado, deputado Inácio Franco, parabenizo V. Exa. pelo brilhante trabalho que faz nesta Casa, um parlamentar experiente e cuidadoso com as questões da população.

Com a palavra, para suas respostas, a secretária de Estado Ana Maria Soares Valentini.

A Sra. Ana Maria Soares Valentini – Muito obrigada, deputado Inácio Franco, nosso companheiro de luta no Noroeste em defesa da agricultura. Muito obrigada.

Em relação aos leilões, nós já recebemos esse pedido, e o IMA já está preparando uma nova portaria, já está concluindo. Aquele limite de 30 pessoas foi feito naquele momento lá atrás porque ele estava em acordo com o próprio decreto estadual, mas nós precisamos preparar e deixar também uma coisa um pouco mais localizada, uma vez que existem muitos municípios do Estado onde não houve ocorrência de Covid, onde não teria sentido essa proibição. Vamos pedir mais orientações e deixar que a coisa seja um pouco mais regionalizada. Existem muitas cidades que têm parques de exposições grandes, com áreas ao ar livre, para onde também o

leilão poderá ser deslocado temporariamente, para que não deixe de acontecer, porque isso é algo que está nos preocupando, principalmente porque, como o senhor disse, agora é a hora em que o pessoal começa a recompor os rebanhos, a comercializar seus bezerros, e realmente está sendo prejudicado. Então, o senhor pode dizer que o IMA já está finalizando uma nova portaria de orientação para flexibilizar essa questão dos leilões.

Eu vou levar à Secretaria de Fazenda esse pedido do senhor. Tenho certeza de que isso, inclusive, vai ajudar a própria economia do Estado na venda de novos veículos. Eu acredito que nós vamos levar esse pleito, sim, à Secretaria de Fazenda. Acho que são só essas duas coisas, então, muito obrigada, deputado.

O presidente – Muito obrigado, secretária. Vamos passar agora a palavra ao deputado Betinho Pinto Coelho, que é membro efetivo da Comissão de Agropecuária e Agroindústria nesta Casa, para seus questionamentos.

O deputado Betinho Pinto Coelho – Boa tarde, presidente Agostinho. Parabéns V. Exa. e digo o seguinte: a Assembleia de Minas traz na sua história, reconhecida e atestada pelos parlamentos no País, o fato de ser vanguardista nas nobres missões legiferante e fiscalizadora, ancorada na visão antecipadora das Mesas diretoras, na sensibilidade política colhida junto aos mineiros e mineiras das várias minas da síntese nacional, tudo alicerçado no qualificado e dedicado corpo técnico. Como farol, temos a liderança do presidente Agostinho, que protagoniza a Assembleia em tempos de pandemia e recolhimento social; o nosso timoneiro. Com certeza, esse exemplo ficará para a história nos anais desta Casa.

Cumprimento também o presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, meu colega, deputado Coronel Henrique, e demais membros da comissão, meus colegas: deputado vice-presidente Inácio Franco, deputado Gustavo Santana e deputado Tito Torres; demais parlamentares; mineiros e mineiras. E cumprimento também aqui e parabéns a secretária Ana Maria Soares Valentini, pelo trabalho que vem realizando à frente da nossa Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Trago aqui alguns questionamentos dos nossos colegas de bloco, o Bloco Sou Minas Gerais. Farei agora esses questionamentos.

O primeiro, secretária, é do deputado Bartô, que traz o seguinte questionamento: (– Lê:) “Com o estado de calamidade decretado pelo governo de Minas Gerais em virtude da pandemia ocasionada pela Covid-19, devemos mudar a maneira de como fazer em relação às finanças do Executivo. Diante do rombo nas contas do Estado, tendo em vista a diminuição de receita, que já ocorre, e com tendência de declínio, o que a Seapa irá priorizar em suas ações neste novo cenário estabelecido? A Seapa está revendo seu planejamento estratégico? Como?”.

E também trago aqui alguns questionamentos deste próprio parlamentar. O primeiro questionamento é: quais os setores da agropecuária foram mais impactados e quais medidas a Seapa implementou? O programa de aquisição de alimentos – PAA – tem contribuído para o escoamento da produção da agricultura familiar? Existe algum risco de desabastecimento? Mesmo com muitas dificuldades, o setor agropecuário apresenta resultados positivos. Como ele poderá ajudar na recuperação da nossa economia pós-pandemia? Quais projetos de lei em andamento a secretaria acredita que podem contribuir mais para a dinamização do setor e na recuperação da economia? Seriam esses os questionamentos.

O presidente – Muito obrigado, deputado Betinho Pinto Coelho, que renova aqui os compromissos de sua família, os compromissos de trabalho nesta Casa.

Com a palavra, para a sua resposta, a secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ana Maria.

A Sra. Ana Maria Soares Valentini – Muito obrigada, deputado Betinho, sempre nos apoiando na Assembleia. São muitas perguntas. Eu vou tentar resumir porque 3 minutos é muito pouco tempo para responder, mas vamos lá.

Naturalmente, a Secretaria está revendo seus projetos. Nós vamos priorizar os nossos dois projetos estratégicos, que são a regularização fundiária e a modernização do nosso instituto, o IMA. Mais uma vez, como eu falei, a defesa sanitária, a defesa animal, agropecuária, vai se tornar mais importante ainda neste tempo de pós-pandemia para a produção de alimentos.

Sobre quais os setores mais afetados, eu já falei na minha apresentação: a floricultura, o setor dos lácteos – principalmente pela queda de vendas no primeiro momento –, agricultura familiar, setor de cana – açúcar e álcool. E também já falei que estamos tomando medidas. Fizemos tratativas com o Silemg desde o começo, tentando fazer com que o leite dos pequenos produtores que entregavam aos pequenos laticínios, que pararam, interromperam a captação, fosse direcionado para grandes laticínios. Essa é uma coisa que a gente conseguiu junto ao Silemg.

Também já falei sobre o Pnae e o PAA, desse projeto que nós fizemos para levar o PAA a mais de 191 municípios e que já foi encaminhado para o Ministério da Cidadania.

Ele pergunta e reitera a importância do PAA, principalmente neste momento, porque ele estimula a produção de alimentos por pequenas famílias, pequenos agricultores, e também ajuda na segurança alimentar, principalmente de populações que estão em estágio de vulnerabilidade – um problema muito importante –, nós estamos executando e estamos confiantes de que vamos conseguir recursos para ampliar esse programa a mais municípios.

Contato físico de abastecimento. Minas Gerais é um estado que tem uma agricultura muito diversificada. Então, nós temos muita produção de carne, lácteos, ovos, grãos, café. Então, eu posso dizer que, no Estado de Minas Gerais, não somos autossuficientes em arroz. Mas nós vimos uma situação no ano passado como a supersafra de arroz no Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul estava com problemas de excesso de oferta, com baixos preços de arroz. Então, acredito que não tenhamos problema de abastecimento de arroz por causa dessa situação do Rio Grande do Sul. O nosso ponto de atenção em relação a abastecimento é o trigo, porque nós não somos autossuficientes em trigo – poderíamos até ser, se houvesse uma questão comercial –, mas sempre compramos muito trigo da Argentina. E nós tivemos a notícia esta semana ou na semana anterior – não sei – de que a Rússia fechou a sua exportação de trigo. Então, a Rússia interrompeu suas exportações para importantes países exportadores de trigo. Isso nos acende a luz, mas não acredito que a Argentina vá fazer isso, uma vez que ela também produz muito trigo para exportação. Então, é um ponto de atenção no nosso abastecimento. Nós não vamos ficar sem alimentos. O que pode acontecer é que um alimento ou outro possa ter aumento de preço devido a essa condição. E, mesmo com o aumento do dólar, nós, infelizmente, enfrentaremos aí um aumento no custo do trigo.

O papel da agricultura na retomada do crescimento da economia. Ela é fundamental para a retomada da atividade econômica, para o crescimento do Estado, principalmente porque é uma atividade primária. Então, um dado que eu sempre gosto de mostrar para as pessoas é que, na década de 1970, início dos anos 1980, uma família média no Brasil gastava 46% da sua renda com alimentação, e esse valor hoje caiu, por causa da nossa grande produção de alimentos, para em torno de 16%. Então, precisamos garantir que o alimento tenha grande oferta e que as famílias consigam gastar pouco da sua renda com ele, para que, com isso, possam acessar os outros bens que vão dinamizar a economia. Então, se você quer incentivar a indústria, primeiro incentive a agricultura, para que a gente tenha oferta de alimentos, alimentos baratos, e assim os outros setores do Estado possam se desenvolver. Nós temos uma agricultura muito diversificada e nós podemos ajudar muito, sim, na retomada da economia investindo na agricultura.

E nós temos alguns projetos em andamento na Assembleia, que a gente pede que sejam, vamos dizer assim, que recebam uma atenção desta Casa, que podem ajudar a desenvolver a agricultura. Um desses projetos é um projeto que vai trazer mais agilidade para a secretaria nos processos de regularização fundiária. Aquele produtor, principalmente o pequeno, que tem o documento da terra, passa a ter acesso ao crédito para investimentos e, com isso, muda de patamar como produtor. Então, é muito importante que o produtor tenha o documento da sua terra. Esse projeto que está em andamento na Assembleia pode nos ajudar muito.

Outro projeto que está em andamento na Assembleia é a PEC de apoio à Epamig. E nós também pedimos, presidente e demais deputados, atenção especial. Mais do que nunca, a pesquisa que a Epamig faz no Estado vai ajudar e muito a desenvolver a nossa agricultura, e nós precisamos do apoio desta Casa para que a nossa empresa de pesquisas volte a ter todo o dinamismo que ela já teve no passado, todo o respeito, para que ajude cada vez mais a nossa população. A Epamig tem feito um excelente trabalho, mesmo

com pouquíssimos recursos, e nós estamos confiantes de que esse trabalho vai ser ampliado, uma vez que ela tenha recursos para trabalhar.

Outro assunto no qual a gente gostaria de ter o apoio desta Casa. Antes mesmo da pandemia, havia, vamos dizer assim, uma pressão do mundo inteiro em cima do Brasil para que ele aumentasse a sua produção de alimentos. O caminho para que essa produção de alimentos aumente sem que seja preciso abrir novas áreas, desmatar, reduzir vegetação nativa, é aumentar a produtividade principalmente com a irrigação. Com ela, a gente pode até triplicar a produção numa área. No Estado de Minas Gerais, nunca foi feita uma política de irrigação. Estamos preparando uma lei estadual que incentiva a irrigação, e nós vamos apresentá-la a esta Casa. Gostaríamos de apoio porque nós acreditamos muito que a irrigação vai aumentar a produtividade, vai garantir a produção. Normalmente, as culturas irrigadas demandam mão de obra. Não aumentam os investimentos no Estado e aumentar a geração de empregos. Então, a gente conta com esta Casa nessas três vertentes, nesses três projetos de lei que estão em andamento. Muito obrigada, deputado Betinho.

O presidente – Muito obrigado, secretária. Vamos passar agora a palavra ao deputado Gustavo Santana, que é membro efetivo também da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, para seus questionamentos.

O deputado Gustavo Santana – Prezado presidente Agostinho Patrus, cumprimento em sua pessoa os demais parlamentares e cumprimento a nossa secretária Ana Maria. Eu tenho orgulho de tê-la como nossa secretária, defensora e produtora rural como eu, que venho de uma família de produtores rurais. É muito bom ter essa segurança da nossa secretária dirigindo essa pasta tão importante para o Estado de Minas Gerais.

Prezada secretária, como produtor rural, tenho orgulho de fazer parte do setor que diante de uma pandemia se mantém firme perante os desafios para abastecer a mesa dos consumidores mineiros. Precisamos ter em mente que tão importante quanto manter o sistema de saúde funcionando é conseguir fazer com que os alimentos cheguem às casas da população. A consequência sem o apoio técnico ao setor para a produção e distribuição é a fome. O agronegócio não pode parar, e os mecanismos de planejamento, de infraestrutura econômica e de proteção aos trabalhadores precisam ser sólidos para impulsionar sua continuidade. Diante disso, faço alguns questionamentos sobre as ações da Seapa implementadas para que a agricultura familiar – pequeno, médio produtor rural – possa fomentar e escoar sua produção, bem como sobre as alternativas para potencializar a sua comercialização.

Leio questionamentos, secretária, do Bloco Democracia e Luta. Quais são as ações da Seapa para proteger os agricultores familiares que fornecem alimentos por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – diante do fechamento das escolas? Aprovamos a Lei nº 23.631, de 2/4/2020, que dispõe sobre a adoção de medidas para o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia do novo coronavírus. Passados 34 dias da sua sanção, quando será publicado o decreto de regulamentação? O que essa regulamentação irá disciplinar? São esses os meus questionamentos e, mais uma vez, parabênzo o trabalho da tão competente secretária na pasta. Boa tarde a todos.

O presidente – Muito obrigado, deputado Gustavo Santana. Cumprimento V. Exa. como importante produtor agropecuário e também a sua família na pessoa do amigo Zé Santana de Vasconcelos, uma história em Minas Gerais de trabalho pela população mineira. Passo agora a palavra à secretária Ana Maria Soares Valentini.

A Sra. Ana Maria Soares Valentini – Muito obrigada, deputado Gustavo Santana, pela participação. Como eu já falei a respeito do Pnae – eu não sei se o senhor conseguiu acompanhar a apresentação –, ele é um programa federal executado pela Secretaria de Educação, cabendo à Secretaria de Agricultura, por meio da Emater, a assistência técnica, a emissão de dados e o apoio ao produtor para que ele produza os alimentos. Mas execução do Pnae não é da nossa secretaria, é um programa federal. Então, o que nós estamos fazendo é uma tratativa com a bancada federal no sentido de garantir que esses alimentos continuem sendo adquiridos dos produtores, dos agricultores. Como as escolas estão paradas, a nossa sugestão para a nossa bancada federal – há um projeto em

andamento no governo federal a respeito de disciplinar as ações do Pnae – é que esses alimentos sejam levados aos Cras para que sejam doados à população em estado de vulnerabilidade. É o que nós fizemos no sentido de ajudar os produtores familiares.

Quanto à lei, deputado, eu realmente não tenho informações neste momento sobre esse decreto, mas vou pedir agilidade; e faço isto por escrito ao seu gabinete, uma resposta sobre o decreto para regulamentar essa lei. Muito obrigada.

O presidente – Muito obrigado, secretária. Passamos agora a palavra ao deputado Tito Torres, também membro efetivo da Comissão de Agropecuária e Agroindústria desta Casa, para os seus questionamentos.

O deputado Tito Torres – Boa tarde, presidente; boa tarde, secretária Ana Valentini e todos deputados e deputadas que nos acompanham.

Houve vários questionamentos do Bloco Sou Minas Gerais. Vários já foram contemplados em perguntas de outros deputados membros da comissão, ou mesmo na explanação e apresentação da secretária. Mas eu não poderia deixar de agradecer a cada um dos deputados, todos que enviaram questionamentos. São eles os deputados Antônio Carlos Arantes, Bartô, Betinho Pinto Coelho, Bosco, Celise Laviola, Dalmo Ribeiro Silva, Fábio Avelar, Guilherme da Cunha, Gustavo Mitre, Gustavo Valadares, João Leite, Laura Serrano, Luiz Humberto Carneiro, Noraldino Júnior, Professor Wendel, Raul Belém e Roberto Andrade.

Alguns outros questionamentos são breves, como a respeito da Portaria do IMA nº 1971. A senhora já respondeu sobre os leilões, do deputado Inácio Franco – era uns dos questionamentos. Hoje a gente tem visto que os pequenos produtores têm tido dificuldade com a vacinação da febre aftosa que agora é só via internet. A pergunta é se há algum novo mecanismo que possa ser utilizado pela secretaria para que os produtores tenham acesso ao seu cadastro de rebanho, pois eles estão tendo muita dificuldade.

Quanto aos outros questionamentos não relativos à Covid, proponho mandar depois um requerimento para a senhora para que possam ser respondidos. Sobre o agronegócio de Minas Gerais, sua importância, sobre a irrigação: nosso estado tem o potencial de crescer em irrigação e aumentar a nossa produtividade. Então, questiono se existe algum plano pós-Covid que a Secretaria de Agricultura possa fazer para aumentar a produtividade. Sobre uma fala que a senhora colocou do aumento das exportações, a gente vê muitas vezes o governo do Estado falando de queda de arrecadação. A senhora poderia falar se houve um superávit, um aumento na arrecadação da Secretaria de Agricultura do primeiro trimestre do ano passado para este ano de 2020, e quais são as expectativas nessa crise de coronavírus – que a gente possa realmente superar isso o mais rápido possível e voltar à normalidade. Lembrando que a agricultura de Minas e do Brasil vem mostrando a sua força, fazendo com que realmente as pessoas tenham alimento de qualidade em casa, mostrando sua eficiência. A Secretaria de Estado de Agricultura vem fazendo o seu trabalho, mostrando realmente o seu valor e apresentando números positivos.

Muito obrigado, presidente. Parabéns pela condução dos trabalhos nessa Casa, mostrando e valorizando a nós, todos os parlamentares, e mostrando que a Assembleia de Minas é a que mais produz no Brasil, trazendo resultados positivos a todos os cidadãos mineiros. Grande abraço e obrigado pela oportunidade.

O presidente – Muito obrigado, deputado Tito Torres, que possui um trabalho reconhecido nesta Casa, por seu cuidado, sua eficiência, seu trabalho tão dedicado. Vamos passar agora a palavra à secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ana Maria Soares Valentini.

A Sra. Ana Maria Soares Valentini – Muito obrigada, deputado Tito Torres. Agradeço a toda a comissão, que participa, que também sempre apoia os trabalhos da secretaria.

Acho que, em relação aos leilões, já foi colocado e também estamos à disposição para mais alguma dúvida. Em relação à aftosa, deputado, eu gostaria de salientar a grande importância dessa campanha para nós, apesar das dificuldades momentâneas. Essa é a antepenúltima campanha que vamos fazer; teremos mais uma em novembro e no ano que vem. Para nós e para os produtores rurais, não só para o Estado, quando conseguirmos encerrar as campanhas de vacinação, vai mudar muito o trabalho na propriedade rural e também na própria secretaria. Vai mudar muito a situação do Estado como um todo quando for na zona livre de aftosa sem vacinação.

Então, é por isso que muitas pessoas questionam de se manter essa campanha apesar das dificuldades, mas o ministério optou por mantê-la dada a sua grande importância e apesar das dificuldades encontradas.

O que o IMA e o ministério fizeram? O prazo para comprovação foi estendido até o dia 30, então seria um tempo maior para vacinação e para comprovação. O IMA – apesar de os escritórios estarem fechados – possui um convênio com mais de seiscentos estabelecimentos no Estado, como sindicatos e cooperativas, que podem ajudar o produtor nessa comprovação. Também grande parte dos 5 mil revendedores de vacina no Estado está oferecendo ao produtor auxílio para realizar essa declaração de vacinação na própria loja – o produtor volta depois no próprio estabelecimento para fazer isso. Realmente temos promovido todos os meios possíveis para que não haja penalização do produtor dada essa situação. Então, sobre leilão eu já falei, sobre a aftosa também. Eu acho que é muito importante... E peço apoio da Assembleia nessa questão da aftosa, na divulgação da necessidade e da importância da campanha mais do que nunca. Nós estamos enfrentando uma pandemia possivelmente causada por um problema de saúde animal, e eu acho que mais do que nunca a sanidade do nosso rebanho se torna importante. Eu peço o apoio a todos os deputados no sentido de levar aos produtores rurais de suas regiões, de suas cidades a importância dessa campanha de vacinação contra a aftosa.

Deputado, em relação ao que o senhor falou de aumentar nossa produção, eu vejo um exemplo muito claro, uma dificuldade muito grande que nós enfrentamos em Minas Gerais, que é a dificuldade de licenciamento de barragens para irrigação. Aqui, no Estado, há barragens para mineração e até para recreação. Elas têm muito mais facilidade pela lei do que barragens para irrigação. Então, eu acho que essa Casa precisa olhar para isso com carinho, o quanto é importante para o produtor. Nós somos um estado com bons volumes de chuva, só que essas chuvas são mal distribuídas em praticamente 2/3 do nosso estado. Então, seria de grande importância que o produtor fosse incentivado a construir barragens, a reservar água na sua propriedade para aumentar sua produção.

A gente tem um exemplo muito simples e muito visível do Noroeste, quando a gente atravessa a fronteira para Goiás, na cidade Cristalina, onde nos últimos 15 anos construíram mais de seiscentas barragens. Hoje é o município de maior PIB agrícola do País por poderem armazenar água na sua propriedade, armazenar a água de chuva. Então, a gente pede para essa Casa o apoio nesse sentido de que se avance no Estado. Nós estimamos mais de dois mil pedidos de barragens no Igam e na Semad, autorizando a liberação para construção. Ou seja, se essas barragens tiverem seu licenciamento priorizado no Estado, vai haver muitos investimentos no interior do Estado, principalmente na região Noroeste, na região Norte, no Jequitinhonha, regiões que precisam reservar água para garantir a produção. Então, eu peço apoio dessa Casa nesse sentido, que a gente busque caminhos para que isso seja considerado como uma política de estratégia de Estado, reservar a água nas propriedades rurais para garantir e aumentar a produção de alimentos. Só aquele produtor que já plantou uma lavoura e perdeu essa lavoura com a seca sabe o quanto isso é difícil. Então, a gente precisa olhar para isso no Estado e ver o que está travando, quais são os problemas, o que o produtor precisa fazer para que seja permitido a ele uma obra de engenharia na sua propriedade e reservar a água durante o período de chuvas para que ele possa usar em períodos de seca.

A minha expectativa em relação às exportações é que cresçam no médio prazo. Pode ser que com a recessão global nós tenhamos também uma queda nas exportações e a redução do consumo de tudo no mundo, não só de alimentos. Então, pode ser que a gente tenha no curto prazo uma queda das exportações, mas a nossa expectativa é que, no médio prazo, esses volumes sejam retomados. Temos expectativa de que, se o dólar continuar nesses valores, apesar da queda nos volumes, nós não tenhamos queda financeira com isso. A exportação de alimentos é muito importante porque ela dinamiza. Tudo que está aqui pelo interior envolve a arrecadação do Estado, então eu acho que a gente precisa...

Não tenho essas informações que o senhor pediu a respeito de ICMS das regiões do agro, mas eu posso levantar isso e passar para o seu gabinete – não tenho aqui de pronto. Mas é claro, eu estou numa região que vive do agro, e aqui você vê uma circulação muito grande de mercadorias de todos os setores da indústria que apoiam o agro no nosso país, no nosso estado – indústria

de peças, de parafuso, de pneu, combustíveis, lubrificantes, defensivos. É uma gama muito grande. A produção de alimentos não é só a semente e o solo, há hoje grandes setores que apoiam essa produção. São setores que geram emprego, que também incentivam a produção industrial no nosso país. Então, acho que a gente precisa sempre olhar para o que pode ser feito para incentivar essa produção, e minha expectativa é de que, no médio prazo, os volumes de exportação sejam normalizados e até ampliados.

Muito obrigada, deputado.

O presidente – Muito obrigado, secretária.

Exibição de Vídeo

O presidente – Por solicitação do nosso presidente da Comissão de Agropecuária desta Casa, deputado Coronel Henrique, vamos lançar, secretária, a campanha “Envie um abraço em forma de flor”, que foi lançada pelo governo do Estado e vamos começar a transmiti-la também pela TV Assembleia. Peço, por favor, para colocarem no ar a campanha.

– Procede-se à exibição do vídeo.

O presidente – Parabéns à secretaria pela brilhante campanha.

Debates

O presidente – Vamos ouvir agora as considerações finais do deputado Coronel Henrique, presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria.

O deputado Coronel Henrique – Sr. Presidente, inicialmente muito obrigado; agradeço, em nome da cadeia mineira de floricultura, porque a Assembleia uniu esforços para colocar essa bela campanha de valorização dessa cadeia tão importante da nossa agropecuária em Minas Gerais.

Eu gostaria, Sr. Presidente, nas minhas considerações finais, de mandar um abraço para os membros da comissão: deputado Inácio Franco – nosso vice-presidente –, deputado Gustavo Santana, deputado Tito Torres e deputado Betinho Pinto Coelho, que conduziram esta reunião de uma forma muito dinâmica, fazendo valer o tempo previsto, focando as perguntas no tema da Covid-19. Quanto aos demais deputados que nos encaminharam algumas questões que não estavam muito relacionadas à pandemia – que era o objetivo desta reunião –, destaco que nós as encaminharemos para que a senhora possa posteriormente enviar as respostas para os respectivos gabinetes.

Eu gostaria, Sra. Secretária, de reforçar essa visão da nossa sanidade animal. A senhora citou o aumento das nossas exportações de suínos nesse ano, certamente fruto de uma crise sanitária na China. Hoje a China enfrenta um surto de peste suína, sendo obrigada a abater seus animais, desabastecendo seu mercado e abrindo uma janela de oportunidades – que continuará por um bom tempo – para a importação dos produtos do Brasil. Para isso, reforço a importância muito prática de uma visão – e aqui eu me dirijo especialmente aos meus colegas parlamentares que são médicos: cada vez mais a medicina humana deverá enxergar as zoonoses, que são as doenças transmitidas pelos animais ao homem, como potenciais riscos para a saúde pública. Cada vez mais o conceito moderno de saúde única – a perfeita integração entre a saúde humana, a saúde animal e a saúde ambiental – deverá ser valorizado.

Enfrentamos casos recentes da gripe suína, da gripe aviária, tudo como um efeito de zoonose, mas, em relação a esse novo coronavírus, nós demonstramos que o mundo inteiro não está preparado para esse enfrentamento. Nós deveremos aprender com essas experiências do momento para evitar que futuras gerações sofram o que o mundo vem sofrendo. É preciso enxergar o importante potencial zoonótico que essas doenças têm para a nossa população, e só com o fortalecimento, Sr. Secretária, da nossa cadeia de fiscalização sanitária é que isso será levado a um bom termo. Nós deveremos eliminar aquela dicotomia segundo a qual a agropecuária cuida do produto até determinado momento e depois a vigilância sanitária em saúde assume. Isso não deve existir, isso não é bom. Devemos integrar, trabalhar com o conceito de saúde única. O nosso consumidor não quer saber quem é o responsável

pela fiscalização, ele quer ter um produto seguro no seu prato. Então, mais do que nunca, a agropecuária e a saúde devem estar integradas para que Minas Gerais e o Brasil saiam deste momento de crise sanitária global com o conceito de saúde única muito bem consolidado, para que nós possamos oferecer vida saudável para todos os mineiros e todos os brasileiros.

Parabenizo novamente a senhora e já desejo um feliz Dia das Mães para a senhora e para todas as mães no nosso próximo domingo. Que seja florido esse Dia das Mães de todas as mineiras. Muito obrigado, Sra. Secretária; muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Coronel Henrique. Vamos passar a palavra agora à secretária para as suas considerações finais.

A Sra. Ana Maria Soares Valentini – Muito obrigada, deputado Agostinho, pelo apoio desta Casa à nossa campanha “Envie um abraço em forma de flor”. Muito obrigada. Quero agradecer também ao Coronel Henrique o apoio que sempre nos dá. A gente ouviu essas palavras brilhantes, e é muito bom que tenhamos o apoio de um doutor, ou melhor, de um pós-doutor nessa área de defesa sanitária, que vai se tornar uma área cada vez mais importante, e assim pode nos ajudar na condução dos trabalhos. Quero agradecer também à minha equipe, que de pronto ajudou na elaboração dos relatórios – nós recebemos o convite ontem, mas já havia muita coisa adiantada –, especialmente ao Dr. Roseno, que ficou de prontidão caso desse algum problema na internet. Espero que vocês tenham conseguido acompanhar bem; não deu nenhum problema, graças a Deus. Mas quero agradecer porque estávamos também preparados para ver essas informações.

Então quero, mais uma vez, agradecer, deputado Agostinho, a oportunidade. Quero dizer que a secretaria está à disposição de todos os parlamentares para sugestões, para qualquer trabalho que a gente precise fazer juntos em prol do desenvolvimento do nosso estado. Eu tenho muita segurança em dizer que, para desenvolver o Estado, primeiro é preciso começar a desenvolver a nossa agricultura. Eu tenho certeza de que esse é o caminho. Principalmente em tempos de pandemia, a agricultura assume um valor mais importante ainda. A gente conta com o apoio desta Casa nas nossas ações prioritárias, na condução dos nossos projetos prioritários.

Muito obrigada a todos vocês que nos acompanharam; muito obrigada a todos os deputados que nos acompanharam e colaboraram com perguntas. Muito obrigada a todos vocês.

O presidente – Muito obrigado, secretária. Parabéns por suas palavras, pelo trabalho que vem realizando à frente da Secretaria de Agricultura do nosso estado.

Os deputados, em peso, fizeram questão de acompanhar este momento, esta discussão. São mais de setenta parlamentares presentes virtualmente, através dos programas de transmissão de imagens. Queremos muito agradecer e colocar esta Casa à disposição da agricultura mineira, como sempre esteve.

A presidência agradece mais uma vez a participação, por via remota, da secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ana Maria Soares Valentini; do deputado Coronel Henrique, presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria; e dos demais parlamentares que, por via remota, deram uma audiência importante a esta reunião

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a extraordinária de amanhã, dia 7, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.



MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA VOTADA NA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 13/5/2020

Foi mantido, em turno único, o Veto nº 14/2019 (Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.439), exceto o veto ao inciso IV do art. 1º da proposição.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca, nos termos do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* em 21/3/2020 e da Deliberação da Mesa nº 2.737/2020, que regulamenta a deliberação remota de proposições legislativas no âmbito do Plenário, reunião extraordinária da Assembleia para as 14 horas do dia 14 de maio de 2020, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; na 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Resolução nº 96/2020, da Mesa da Assembleia, que reconhece o estado de calamidade pública nos municípios que menciona, em decorrência da pandemia de covid-19; e dos Projetos de Lei nºs 5.207/2018, do deputado Cristiano Silveira, que dispõe sobre a doação de sangue pelos cidadãos mineiros; 364/2019, do deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre o direito de a pessoa com diabetes mellitus que faça uso regular de insulina portar alimentos e materiais necessários para o controle da glicemia; 1.426/2020, do deputado Gustavo Mitre, que altera a Lei nº 13.768, de 1º/12/2000, que dispõe sobre a propaganda e a publicidade promovidas por órgão público ou entidade sob controle direto ou indireto do Estado para incluir dispositivos sobre a veiculação de campanhas voltadas à prevenção e controle de endemias ou epidemias, sobre o compartilhamento dos custos das campanhas de interesse público e sobre transparência das despesas com publicidade; 1.801/2020, do deputado Bosco, que autoriza o Poder Executivo a prover renda mínima emergencial aos cidadãos que possuam vínculo empregatício com pequenas e microempresas do ramo da produção cultural, na forma que especifica; 1.913/2020, do deputado Fernando Pacheco, que dispõe sobre a utilização dos recursos do Fundo Especial para Infância e Adolescência durante a pandemia de covid-19 para famílias em áreas de alta vulnerabilidade social e dá outras providências; 1.932/2020, do Tribunal de Justiça, que altera o anexo a que se refere o § 1º do art. 2º da Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004; e 1.938/2020, do governador do Estado, que dispõe sobre a definição de cronograma de novos prazos para a prática de atos necessários à execução das programações orçamentárias incluídas por emendas parlamentares individuais, de blocos e de bancada de execução obrigatória cujos prazos foram suspensos em decorrência da pandemia de covid-19; e, na 3ª Fase, à apreciação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 13 de maio de 2020.

Agostinho Patrus, presidente.

**CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO****CORRESPONDÊNCIA**

– O 1º-secretário despachou, em 13/5/2020, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Bruno Divino Rocha, presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.112/2020, do deputado Noraldino Júnior. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Coordenação de Políticas de Atenção Primária à Saúde encaminhando carta-ofício da Associação de Controle do Tabagismo, Promoção da Saúde e dos Direitos Humanos – ACT Promoção da Saúde – em que se solicita apoio para a aprovação de proposições, em tramitação no Congresso Nacional, de combate ao tabagismo. (– À Comissão de Saúde.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 1.492/2020, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.525/2019, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.169/2019, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Leandro Barbosa de Lima, chefe de Gabinete do Ministro da Cidadania, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.299/2020, do deputado Coronel Henrique. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Marcelo de Souza e Silva, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte, solicitando a rejeição do Projeto de Lei nº 1.889/2020, do deputado Alencar da Silveira Jr. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Marcelo de Souza e Silva, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte, solicitando a rejeição do Projeto de Lei nº 1.905/2020, do deputado Alencar da Silveira Jr. (– Anexe-se ao referido projeto.)



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER SOBRE O VETO Nº 14/2019, REFERENTE À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.439/2019

Relatório

O governador do Estado, nos termos do art. 90, VIII, combinado com o art. 70, II, da Constituição do Estado, opôs veto parcial à Proposição de Lei nº 24.439/2019, que altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, a qual consolida a legislação tributária do Estado e dá outras providências.

As razões do veto foram encaminhadas por meio da Mensagem nº 58/2019, publicada no *Diário do Legislativo* de 5/2/2020.

Incluído o veto na ordem do dia para apreciação, o presidente da Assembleia, nos termos do art. 145, § 2º, do Regimento Interno, designou este deputado como relator para, em 24 horas, emitir parecer no Plenário sobre a matéria.

Fundamentação

Por meio da Mensagem nº 58/2019, o governador do Estado encaminhou as razões do veto parcial à Proposição de Lei nº 24.439, que altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, a qual consolida a legislação tributária do Estado e dá outras providências.

De acordo com a mensagem, ouvidos os órgãos com competência para dispor sobre a matéria, o chefe do Poder Executivo concluiu pelo veto aos seguintes dispositivos: inciso IV do art. 1º; § 7º do art. 2º; art. 8º e § 1º do art. 9º.

Passamos, então, à sua análise.

O inciso IV do art. 1º, vetado pelo governador, acrescenta, no rol dos setores econômicos aptos a compensar créditos e débitos na forma autorizada pelo art. 1º, o segmento de veículos automotores. Tal ampliação foi fruto de emenda parlamentar aprovada durante a tramitação da matéria.

O governador, em suas razões, justifica que, “diante da grave crise fiscal e da possibilidade de ampliação do prejuízo financeiro ao Estado pela inexistência de estudo técnico sobre a matéria, cabe ao Poder Executivo a adoção de medida prudencial a justificar a oposição do veto ao inciso IV do art. 1º por contrariedade ao interesse público”.

O § 7º do art. 2º, prevê que, havendo a cessão total ou parcial da dívida para outra empresa sob o mesmo controle societário do fornecedor, direto ou indireto, prevista no § 6º, o cessionário da dívida também terá direito à compensação prevista no § 1º. O § 1º, por sua vez, dispõe que é vedada a compensação de dívida cujo valor seja objeto de precatório ou de sentença judicial transitada em julgado.

Assim, o governador assevera que “a dúvida acerca da remissão e a divergência entre os dispositivos correlacionados podem causar insegurança jurídica quanto à interpretação e aplicação da norma, além de prejuízos financeiros à Administração Pública”.

O art. 8º vetado, em suma, autoriza o Poder Executivo a permitir a transferência de créditos acumulados do ICMS dos fornecedores de que trata o projeto, detentores de crédito acumulado existente em conta gráfica até 30 de abril de 2019, para contribuintes do imposto localizados no Estado.

De acordo com as razões do veto, o dispositivo “cria uma indesejável sistemática de livre transferência de créditos acumulados pelos contribuintes dos setores de energia elétrica, serviços de telecomunicação, combustíveis e veículos automotores. Esses segmentos possuem créditos acumulados de R\$2 bilhões que poderiam ser transferidos a quaisquer contribuintes localizados em Minas Gerais, de variados setores econômicos, para dedução do imposto a pagar por esses contribuintes, à revelia das atuais regras e condições para tal transferência, o que potencialmente significa um impacto negativo na arrecadação corrente do ICMS, na ordem de R\$2 bilhões no fluxo de caixa do Estado”.

Por tais motivos, ainda ressalta que, no momento de crise fiscal aguda, um prejuízo dessa magnitude, frente aos gastos que o Estado terá que arcar com a prestação de serviços públicos essenciais em 2020, seria prejudicial, além de impactar ainda mais o pagamento dos servidores.

O § 1º do art. 9º fixa os valores que serão considerados, para fins de transferência de domínio, dos imóveis que poderão ser objeto de integralização de capital na Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab –, nos termos do *caput* do mesmo artigo.

As razões do veto se fundam no entendimento de que a avaliação prévia é condição para o ato de transferência do domínio e, no caso em apreço, como procedimento para viabilizar a integralização de capital da Cohab.

Diante do exposto, este relator concorda com os argumentos trazidos no que se refere ao veto ao art. 8º. Em vista da crise fiscal enfrentada pelo Estado, agravada por novos fatores de ordem econômica e pela pandemia do corona vírus, entendemos que o veto aos dispositivos que geram impacto financeiro ou possam implicar renúncia de receita pelo Estado devem ser mantidos.

Também no que se refere ao § 7º do art. 2º, de fato, pela redação aprovada, o cessionário teria um direito mais amplo que o próprio cedente, o que gera dúvidas sobre a remissão presente no dispositivo vetado. O que se questiona é se a referência correta seria ao art. 1º. Diante da incongruência, também entendemos que o veto deve ser mantido.

Por fim, no que se refere ao § 1º do art. 9º, a fixação dos valores dos imóveis, de forma que fique inviabilizada sua avaliação prévia para integralização, contraria a legislação sobre a matéria e pode atrair sanções para o agente responsável pelo ato.

Dessa forma, o veto deve ser mantido, para que os valores figurem apenas como referência e não como imposição, tendo em vista que não houve veto à coluna do anexo que trata dos valores, o que poderá ser aprimorado futuramente em nova proposta, caso se verifique a necessidade.

Entretanto, não podemos concordar com a fundamentação apresentada pelo governador no que se refere ao inciso IV do art. 1º da proposição de lei, por entender que a previsão da autorização de compensação para o setor automotivo, por si só, não produz efeitos negativos ao erário. A autorização para o setor poderá ser útil ao Estado, nos casos em que exista o risco de perda de investimentos, que deixem de criar novos postos de trabalho ou que gerem desemprego de milhares de trabalhadores. Dessa forma,

este relator entende que devemos deixar na lei a previsão de tal autorização, só havendo que se falar em prejuízos na hipótese de o Poder Executivo adotar medidas que, apesar de autorizadas, se caracterizarem efetivamente contrárias ao interesse público.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela manutenção do veto parcial ao § 7º do art. 2º, ao art. 8º e ao § 1º do art. 9º; e pela rejeição do veto parcial ao inciso IV do art. 1º da Proposição de Lei nº 24.439/2019.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2020.

Gustavo Valadares, relator.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 18/2020

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 057/2020

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que o edital do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto selecionar a proposta mais vantajosa para contratação de seguro de veículos, tipo frota, sofreu alterações, mantida a sessão pública virtual para as 10 horas do dia 21/5/2020.

O edital retificado se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 13 de maio de 2020.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.